

CAPITALISMO E COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA

José Sidnei Gonçalves

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0101-5109
Relatório de Pesquisa
08/87

CAPITALISMO E COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA

José Sidnei Gonçalves

**São Paulo
1987**

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO.....	1
2 - ALTERNATIVA OU INSTRUMENTO: COOPERATIVISMO ENTRE A DOCTRINA E A PRÁTICA.....	3
3 - GRANDES COOPERATIVAS E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DEPENDENTE	21
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
LITERATURA CITADA.....	42
RESUMO.....	46

CAPITALISMO E COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA

José Sidnei Gonçalves

1. - INTRODUÇÃO

As transformações sociais ocorridas no bojo do desenvolvimento capitalista, notadamente no período pós-guerra, provocaram alterações profundas na agricultura brasileira. A crescente socialização da produção de mercadorias, implantando a divisão social do trabalho inerente ao capitalismo, fez romper os limites economico-sociais entre o campo e a cidade. O produto agrícola traz incorporado no seu valor o trabalho realizado na indústria de insumos, no processo produtivo do campo, na transformação ou beneficiamento e distribuição. O mercado hoje abrange todo o universo, o campo não só vende à cidade, como também é mercado para inúmeros bens de fabricação industrial. A utilização em ritmo crescente de tecnologias mecânicas e químico-biológicas aumentando o rendimento cultural, multiplicou a produtividade do trabalho e com ela a quantidade de trabalho excedente em relação ao trabalho necessário(5).

O desenvolvimento capitalista está calcado na contínua adoção de tecnologias que elevem a produtividade do trabalho, implicando numa maior composição orgânica do capital. Para que isso ocorra o capital constante cresce progressivamente em relação ao capital variável e dentro do capital constante as construções e a maquinaria assumem um crescimento maior em relação ao restante composto de outras matérias-primas. As formas características desse processo são a concentração e a centralização do capital(26).

Na concentração do capital, o processo de acumulação do capital aumentando a escala de produção elimina

progressivamente um grande número de capitalistas menores impondo a formação de oligopólios dominados por um grupo reduzido de empresários. Apenas a concentração do capital já explicaria a maior escala de produção, mas assume importância na economia capitalista atuando no mesmo sentido, a centralização do capital, unindo capitais já existentes na busca de uma conjunção que permita uma atuação de oligopólio(26). A centralização do capital não elimina o capitalista individual, e sim submete-o ao capital centralizado. Duas formas básicas de centralização do capital são conhecidas: a sociedade anônima e a sociedade cooperativa. A sociedade anônima é mais difundida nos setores de serviços, principalmente os bancários, e indústria, setores mais dinâmicos da economia.

As cooperativas têm papel importante na centralização do capital aplicado à agricultura, permitindo ganhos de escala e utilizando um grande volume de insumos e tecnologias que implementam um crescimento da produtividade do trabalho no campo. Atuam internamente ao processo de acumulação capitalista e segundo sua lógica promovem o desenvolvimento das forças produtivas. O conhecimento do seu comportamento no contexto da expansão do capitalismo no campo é fator imprescindível para o entendimento desse processo, buscando conseguir visualizar os caminhos que se apresentam à agricultura do Centro-Sul brasileiro, que deve calcar cada vez mais na produtividade o aumento da oferta agrícola.

A análise do cooperativismo apresenta duas correntes básicas. A primeira reúne estudiosos que atuam defendendo a doutrina como forma de resolução das contradições do capitalismo, criticando os desvios da aplicação dos Princípios de Rochdale. Acreditam na possibilidade de consolidação da República Cooperativa implementando reformas que humanizem a exploração. Contrapondo-se às sociedades anônimas, as cooperativas sanariam os problemas crônicos iminentes de uma sociedade em conflito. Os membros da outra corrente atribuem à cooperativa o mesmo papel desempenhado pela sociedade anônima ou outra empresa capitalista. No campo, a cooperativa incorporaria o camponês à lógica do capital oligopolista, e não resolveria as contradições intrínsecas ao modo de produção, como o conflito de classes, reproduzindo-as dentro de sua organização. A análise que se segue objetiva cotejar o discurso rochdaleano com a sua prática, procurando mostrar que a

cooperativa propugnada como tal é um objetivo irrealizável no contexto da economia capitalista, e que a opção pela cooperativa não se dá pelo conteúdo dos princípios mas porque ela é uma alternativa importante de centralização do capital. A seguir, procura-se à mostrar esse papel da cooperativa analisando a performance dos principais conglomerados de cooperativas agrícolas brasileiras, que se configuram como instrumento de política agrícola para impulsionar o desenvolvimento capitalista dependente.

2. - ALTERNATIVA OU INSTRUMENTO: COOPERATIVISMO ENTRE A DOCTRINA E A PRÁTICA

O movimento cooperativista, originário de Rochdale na Inglaterra, em 1844, implantou-se em diferentes tipos de economia, de cultura e de agrupamento humano como um conceito universal no ensejo de que a atitude de cooperação responde às necessidades do homem. De tradição humanista, o capitalista cooperativo se apresenta com o discurso de que busca fugir à exploração embora a realize. A Doutrina Cooperativa se coloca ao nível da superestrutura fazendo crer que as contradições não são intrínsecas ao modo de produção, mas dos homens que não utilizando o humanismo cooperativo não as superam, basta portanto mudar o homem não o sistema.

A Doutrina Cooperativista surgiu em meio à economia de livre concorrência, quando da implantação da atual estrutura econômica capitalista. Grupos de empresários enriqueciam com a indústria nascente utilizando a maquinaria que elevava a produtividade do trabalho, enquanto que os operários recebiam baixos salários e enfrentavam uma situação de miséria. A pobreza em que estava mergulhada a mão-de-obra criou tensões sociais graves que geravam teorias e movimentos que procuravam enfrentar as contradições.

MARX(12) mostra o grande desenvolvimento do capitalismo inglês no período de 1846 a 1866, em que a Inglaterra era a principal potência capitalista. O acréscimo de lucros tributáveis, no intervalo 1853/1864, foi

de 50,47% (4,58% ao ano) para uma população que cresceu 12% no mesmo período. As rendas tributáveis da terra aumentaram 38% entre 1853 e 1864, mesmo sem as grandes parcelas escamoteadas em cada ano. As estradas de ferro perfaziam 8.054 milhas em 1854, em 1864 eram 12.789 milhas. Em 1855 foram produzidas 61.453 mil toneladas de carvão que passaram para 92.788 mil toneladas em 1864. A produção de ferro passou de 3.218 mil toneladas em 1855 para 4.768 mil toneladas em 1864 (12). As estatísticas mostram a significativa performance da economia inglesa no período de surgimento do cooperativismo, a indústria que se tornara o setor mais dinâmico determinava alterações profundas na sociedade. Esse crescimento industrial foi acompanhado da centralização e concentração do capital.

Ao mesmo tempo que mostrava o grande desenvolvimento da economia inglesa, MARX(12) coloca à vista o empobrecimento do operariado, com o aumento considerável do custo dos bens necessários à sua sobrevivência como a carne, leite, manteiga, açúcar, sal e carvão. O número de indigentes que já era igual a 851.309 pessoas em 1855 atingiu o total de 1.160.562 pessoas em 1866 em toda Inglaterra. A produção algodoeira era realizada por trabalhadores com elevado grau de desnutrição. O problema habitacional tornara-se crônico com a aglomeração de uma massa cada vez maior de operários no mesmo espaço nos bairros periféricos, com aluguéis exorbitantes. Enquanto isso, a camada favorecida esbanjava, consumindo mais que o necessário. O Dr. James Hunter resumia a situação da sociedade inglesa na época de implantação do cooperativismo com os dizeres: "Não é demais dizer que a vida em certas partes de Londres e New Castle é infernal".

Nessa gravidade social, uma sociedade que vivia sob grande influência da cristandade, procurava alternativas para minimizar os problemas. Ganharam destaque dentre as formas de amenização de miséria aquelas de roupagem humanista com conteúdo cristão que era resquício do domínio clerical feudal, cujos reflexos ainda eram sentidos. A ebulição social estremecia setores dominantes importantes e passou-se a procurar na ajuda mútua e formas comunitárias, soluções para a situação. Houve a presença ativa da igreja; o protestantismo e o catolicismo da Europa Ocidental incluíram as cooperativas nos seus programas pastorais(17). As ações contudo não propugnavam a mudança no quadro geral da economia,

enfrentando a expropriação da mais valia, buscavam resolver os problemas de abastecimento com a criação de cooperativas de consumo inspiradas na experiência dos Pioneiros de Rochdale.

Os objetivos dos tecelões de Rochdale, formadores da cooperativa pioneira na Inglaterra, podem ser resumidos em: "1) Formação de um capital para emancipação do proletariado mediante economias realizadas com a compra em comum de gêneros alimentícios; 2) Construção de casas para obter alojamento a preço de custo; 3) Criação de estabelecimentos agrícolas e industriais para produzir, mais barato e diretamente, bens necessários à classe operária e, ao mesmo tempo assegurar trabalho aos desempregados ou mal remunerados; 4) Educação e luta contra o alcoolismo; 5) Cooperação integral, com a criação gradativa de núcleos de comunidade-pilotos de produção e distribuição, que serão multiplicados através da propaganda e do exemplo"(17).

O projeto original objetivava melhorar as condições aflitivas trazendo benefícios pecuniários e melhores condições de vida aos seus membros. Num primeiro momento buscava abrir um armazém para abastecer os seus associados, o que era urgentemente necessário, além da construção de casas de baixo custo na forma comunitária. A organização do proletariado e da massa de desempregados para concretizar formas de convivência e sobrevivência pelo abastecimento social sob a égide de grupos de compra e associação de consumidores para adquirir gêneros de primeira necessidade, são frequentes nas grandes cidades brasileiras atualmente.

Problemas estruturais de abastecimento e habitação popular estão ligados intrinsecamente, ao processo de acumulação capitalista onde o trabalho necessário diminui intensamente em relação ao trabalho excedente, e uma parcela cada vez maior da massa de trabalho total não é destinada ao trabalhador na forma de salários. No Brasil, onde o desenvolvimento das forças produtivas foi acompanhado de achatamento salarial, o poder aquisitivo da classe trabalhadora impede-a de participar da sociedade de consumo formada, a que têm acesso um contingente pequeno da população. Proliferam então formas comunitárias de busca de uma estrutura de organização que leve à melhoria das condições de habitação e abastecimento.

As atividades empreendidas representam uma necessidade imediata e indispensável da classe trabalhadora, mas não significam conscientização nem politização, pelo simples fato de existir um agrupamento. Ocorre que esses movimentos sociais adquirem uma forma política só na prática consequente que leve à conscientização e engajamento de seus membros na luta por conquistas sociais mais amplas. A estrutura da organização não busca nem significa mudança por si própria, se continuarem seus membros restritos à sua prática rotineira de prestação de serviços. A participação desse tipo de organização na distribuição global dos alimentos consumidos é percentualmente insignificante. O programa de leite fluído da Secretaria de Agricultura, através de comunidades organizadas, atinge em 1986, o total de 25.000 litros por dia na cidade de São Paulo, quando seriam necessários 1 milhão de litros por dia para um programa significativo. No entanto, este exemplo, como outros, é propagandeado como modelo, quando é mero instrumento para esconder a ineficácia do "humanismo" social burguês para resolver os problemas estruturais ao nível da distribuição de renda.

Surgem, em meio à crise, propostas de produção de alimentos em associações comunitárias. Uma limitação dessas ações é que elas só são viáveis em condições específicas, em locais onde a presença de matéria-prima e um contexto comunitário peculiar permitem a produção conjunta. Tal são as hortas comunitárias aproveitando o espaço embaixo dos linhões da Eletropaulo e outros terrenos na capital paulista produzindo hortícolas. Esse associativismo de bairro, ao propiciar, fora da jornada de trabalho, a produção complementar para ajudar o orçamento da família, consegue amenizar para um número limitado de pessoas o problema da alimentação. A produção atomizada leva a custos maiores que a produção comercial de alimentos e a ação fica restrita aos produtos hortícolas, pois os cereais e a produção animal exigem maiores áreas. A oferta global é insignificante pois as áreas disponíveis numa metrópole são pequenas, ao que se junta o fato de que a ida e volta do serviço mais a jornada de trabalho consomem praticamente todo o dia, sendo impossível exigir do trabalhador um tempo adicional de trabalho. Por essa razão tais experiências são localizadas e parciais e não interferem na dinâmica global da sociedade capitalista. São ações de auto-abastecimento que tem importância para o pequeno grupo de pessoas que

delas participam, buscando completar o trabalho necessário à sua reprodução que não receberam na forma de salários. Nesse sentido, barateiam o custo de reprodução da força de trabalho auxiliando a acumulação do capital.

As ações associativas de consumidores que são inúmeras na periferia das grandes cidades brasileiras, sendo compostas de reduzido contingente de pessoas, não têm como sobrepujar a força do capitalismo oligopolista, principalmente na compra em comum, pois o mercado de gêneros de primeira necessidade é dominado por grandes atacadistas que controlam os preços funcionando como grandes oligopsônios no campo e oligopólios na CFAGESP e outros pontos de comércio como a Bolsa de Cereais em São Paulo. As cooperativas de consumo que operam nesse mercado estão à mercê dos atacadistas, incluindo no meio deles as grandes cooperativas de produção agrícola que comercializam as produções de seus associados. Por outro lado, não há como substituir o mercado nos programas oficiais. Além disso, as cooperativas de consumo enfrentam uma concorrência cada vez maior com a oligopolização do mercado varejista, com a implantação e crescimento dos supermercados que obtêm ganhos de escala. As organizações notadamente ligadas as grandes empresas, cujo número de operários permite a formação de um quadro associativo grande como a COOPERHODIA, firmam-se no mercado em função do volume de compras possibilitar ganhos de escala compatíveis com os conseguidos pelos supermercados, pois podem aliar volume de compras, eficiência na distribuição, racionalidade administrativa e o fato de não visar lucro; com isso barateando o produto consumido pelo operário. A Rodhia no caso, ganha duas vezes, na eficiência do seu quadro de operários e na reprodução mais barata da força de trabalho, pois o preço menor da subsistência passa a ser uma "vantagem" do seu funcionário, por isso apóia e incentiva o empreendimento. O modelo de cooperativa de consumo de Rochdale tem nesse exemplo a completa negação do seu papel reformador, pois a atuação dos cooperados, sob intensa propaganda dos princípios doutrinários, em vez de molestar reforça a ação do oligopólio na expropriação do sobretrabalho.

As formas associativas do campo são as mais diversas, cada uma seguindo o caminho ditado pela realidade na qual está inserida. As grandes cooperativas estão situadas nas regiões colonizadas por imigrantes, de tradição cooperativista, formando no Centro-Sul do Brasil uma estrutura de

cooperação forte e complexa, já nas áreas camponesas no Nordeste, a solidariedade dá-se num nível de complexidade estrutural em geral muito mais simples. Enquanto a cooperativa de trigo e soja se concretiza como soerguimento econômico do agricultor sulino dentro da estrutura vigente, no caso nordestino a submissão e opressão e as demais condições impostas forjam movimentos de conteúdo político expresso na exigência de transformações sociais. JULIÃO(7), historiando a formação das Ligas Camponesas de Pernambuco em 1955, mostra a cooperação e ajuda mútua transbordando para uma visão política mais ampla. O objetivo da Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco era fundar uma escola primária e construir caixões de madeira para enterrar o elevado número de crianças que faleciam de subnutrição. A ampliação do conteúdo inicial levou as Ligas Camponesas a se configurarem como instrumento de luta para transformar a realidade na qual atuaram, rompendo os limites impostos pelo sistema capitalista para convivência com a organização; disso decorreu o confronto e a supressão das mesmas. As cooperativas ao contrário fazem do pequeno agricultor um participante da acumulação de capital enquanto empresário capitalista. WANDERLEY(28) coloca o cooperativismo como estratégia do pequeno produtor, sendo um dos mecanismos que viabiliza políticas que superam a debilidade produtiva em função da produtividade baixa e atomização da produção, transferindo o sobretabalho realizado no campo para os setores dominantes da acumulação capitalista.

Dadas as especificidades sociais de cada grupo da agricultura, se instalam diferentes tipos de movimentos atuando no mesmo contexto. Na Fazenda Pirituba no município de Itaberá-SP estão a Cooperativa Agropecuária Sul Paulista(COPASUL) e as Associações de Assentados. Para um fim idêntico dois agrupamentos humanos constituíram tipos distintos de cooperação. A COPASUL tem como participantes imigrantes holandeses além de outros agricultores, de nível social, econômico e cultural elevado para o rural brasileiro, utilizam tecnologia avançada à qual dominam perfeitamente, como a rotação de culturas, manejo de solo, adubação verde, plantio direto, sementes selecionadas além de um planejamento que racionaliza o processo produtivo com culturas complementares. Para isso acessam técnicas desenvolvidas nas instituições da pesquisa, testando os resultados.

Construíram amplo aparato de armazenagem e beneficiamento, para a compra e venda em comum. Obtêm um elevado nível de produtividade: no feijão a média da cooperativa é 1.500 kg/ha, bastante maior que o rendimento estadual de 700 kg/ha. As Associações de Assentados, da qual participam ex-bóias frias contemplados com o Programa de Reforma Agrária do Governo Estadual no período 83/87, todos de origem humilde, baixo nível de instrução, com apoio governamental trabalhando a terra na forma comunitária, comprando máquinas e insumos em conjunto e recebendo assistência técnica, também produziram 1.500kg/ha de feijão.

A diferença das estruturas das organizações está diretamente ligada à realidade em que se encontra cada grupo. Aos imigrantes, de tradição cooperativista, é compatível uma forma organizacional mais complexa superando as exigências legais para constituí-la, levando à centralização do capital, num estágio mais consolidado. Os assentados por outro lado, compensando a debilidade econômica com conteúdo comunitário, solidariedade e desprendimento, características do caipira dos grupos rurais, incorporam-se juntos e completamente na execução do projeto conduzido por técnicos governamentais. Os ex-bóias frias atuam com a posse conjunta dos meios de produção, adquirindo insumos e implementos em escala, comprando um parque moderno de tratores e colhedeadas, com o processo produtivo planejado e executado coletivamente pelas famílias, possibilitando cultivar grandes glebas, a venda conjunta da produção eliminando atravessadores, executando habitações e obras de saneamento e infraestrutura em mutirão. Todas essas características conjugadas do caboclo do interior paulista dão conteúdo diferente à organização, pois esses predicados foram reforçados na luta pela conquista da terra criando raízes profundas no grupo. Da ótica do capital em geral, da sua exigência, tanto o associativismo com a cooperativismo, são formas de centralização do capital que levam ao desenvolvimento das forças produtivas, mas se cooperativa não é a única maneira de cooperação existente na agricultura brasileira, é sem dúvida a mais importante, pelo modo como foi historicamente engendrada.

Na produção agrícola, diferenciando-se do modelo rochdaleano, a cooperativa tem tomado outra forma: enquanto que no consumo a ação conjunta é de operários desprovidos dos meios de produção, na agricultura atuam

pequenos, médios e mesmo grandes empresários agrícolas que possuem os meios de produção. Como capitalistas, visam maximizar individualmente seus lucros, e a cooperativa é um meio para consegui-lo. Não só o despreendimento do lucro é negado, a cooperativa agrícola nega a definição de empresa cooperativa segundo a qual seu fim imediato é prestar serviços sem fins lucrativos e diferindo da empresa capitalista que não busca a satisfação das necessidades do usuário mas lucro sobre o capital investido(17). A cooperativa de produtores agrícolas é uma forma inacabada de centralização de capitais; mesmo a terra sendo propriedade privada de cada associado e não estando todo seu capital colocado na cooperativa, é através dela que adquire máquinas, tecnologia, insumos, busca eficiência econômica na produção, logo a cooperativa organiza os capitais individuais centralizando-os para reproduzi-los. Entretanto, o texto da Lei Federal nº 5764 de 1971, que trata das cooperativas, no seu artigo 3º e 4º define a cooperativa como "sociedade de pessoas... que reciprocamente contribuem com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum... para prestar serviços aos associados... sem o objetivo de lucro"(23). Qualquer que seja a atividade de produção, o lucro é uma decorrência de realizá-la sob a égide do capitalismo, não buscá-lo seria excluir-se do processo para o empresário capitalista, por menor que seja o capital que tenha acumulado. Ainda assim, a diferenciação jurídica que existe entre a sociedade cooperativa e sociedade comercial é realçada pelos rochdaleanos como fato real (quadro 1).

QUADRO 1. - Comparação Entre Sociedade Cooperativa e Sociedade Comercial

Sociedade Cooperativa	Sociedade Comercial
1. É uma sociedade de pessoas	1. É uma sociedade de capital
2. Objetivo principal é a prestação de serviços	2. Objetivo principal é o lucro
3. Número ilimitado de associados	3. Número limitado de acionistas
4. Controle democrático: um homem um voto	4. Cada ação de um voto
5. Assembleia: quorum baseado no número de associados	5. Assembleia: quorum baseado no capital
6. Não é permitida a transferência das quotas partes a terceiros <u>e</u> tranhos à sociedade	6. Permitida a transferência de ações a terceiros
7. Retorno proporcional ao valor das operações	7. Dividendo proporcional ao <u>va</u> lor das ações

Fonte: SANTOS FILHO (23)

As características atribuídas à empresa comercial e à empresa cooperativa mostram bem a superficialidade da divisão. A sociedade comercial seria formada de capitais e a sociedade cooperativa de pessoas físicas, mas sendo o capital do poder de capitalistas assim como as quotas partes, o controle é realizado por empresários capitalistas que se uniram como forma de aumentar a acumulação de capital apropriando parcela maior de trabalho excedente. Mesmo essa separação jurídica é controversa, pois a COPERSUCAR, a poderosa cooperativa de usineiros paulistas, e a COPERFLU, de usineiros fluminenses, são associações de pessoas jurídicas e representam oligopólios com o controle de parte substancial do açúcar e álcool brasileiro. Tanto a cooperativa como a sociedade comercial visam lucro quando atuam na produção.

As cooperativas agropecuárias têm papel importante na acumulação de capital, realizando várias funções. A comercialização da safra exige classificação e padronização do produto, o que é factível em grande escala de operação. A armazenagem depende de economia de escala, e o custo, para cada agricultor, de uma armazém cooperativo é menor que de uma armazém individual principalmente os custos de operação, que em pequena escala encarecem a unidade do produto⁽¹⁰⁾. As grandes cooperativas têm estruturas complexas de armazenagem, manipulando grandes quantidades de produção. Ao consolidar sua infraestrutura de armazéns, a cooperativa tem condições de participar das políticas governamentais de garantia de preços e de comercialização como o EGF, permitindo vantagens econômicas aos seus cooperados. A classificação e padronização da produção permite o atendimento de várias camadas de consumidores de exigências variadas. A COOPERCOTIA classifica e padroniza a grande quantidade de hortigranjeiros de seus cooperados e domina parcela importante desse mercado na capital paulista onde atua ao nível do atacado. A participação no mercado e os preços auferidos permitem aos cooperados do Conglomerado COTIA ganhos que certamente seriam irrealizáveis individualmente no mercado metropolitano do porte de São Paulo, tanto pelas exigências dos consumidores como pela estrutura de distribuição. Sem a sua cooperativa estes produtores estariam à mercê dos intermediários como ainda se sujeitam grande número deles.

Para um grande volume de bens não comercializados "in natura", como

o leite além de outros produtos, a integração cooperativa anterior à industrialização é insuficiente para que se altere a posição relativa do agricultor no mercado. Dois motivos básicos explicam a insuficiência da integração até antes da industrialização: o grau de concentração nos estágios anteriores à industrialização é menor, além disso a possibilidade de diferenciação de produto é pequena, ao industrializar sua produção na forma cooperativa os agricultores tem acesso a um dos setores mais dinâmicos do mercado(10). A Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo, a PAULISTA, participa de uma parcela importante do mercado da capital paulista, pasteurizando e embalando o leite e distribuindo diretamente ao comércio varejista. De toda produção leiteira paulista, 27% veio de cooperativas de produtores de leite em 1983, e a marca Paulista da Cooperativa Central, por se tratar de produto diferenciado pela qualidade do processamento, é das mais procuradas. Além disso a Cooperativa Central participa ativamente do mercado de derivados. Sendo produto perecível, o leite dificilmente teria o mercado ocupado por produtores rurais se não sob a forma cooperativa, esta garante parcela do mercado e centralizando a distribuição possui um forte meio de pressão junto ao governo na negociação de preços. Os lucros individuais dos cooperados são viabilizados através da cooperativa pois, sem ela, os grandes laticínios submeteriam o produtor, que, disperso, não teria como fugir à dominação do capital industrial. O pecuarista centralizando o capital na cooperativa passa a ter condições de auferir as taxas médias de lucro compatíveis com a sua condição de empresário capitalista.

A cooperativa garante a participação do produtor no mercado de produtos transformados, pois a agroindústria exige desse mesmo agricultor uma performance técnica mais apurada, com melhoria nos padrões de rendimento cultural e qualidade da matéria-prima, sendo fator de organização e engendramento do desenvolvimento. Produzindo sem tecnologia adequada, o produtor tem menor produtividade encarecendo o produto final além de depreciar a sua mercadoria por obtê-la heterogênea. Uma tecnologia fundamental no processo de industrialização é a escolha da variedade e a utilização de sementes selecionadas. A variedade com melhores características de matéria-prima promove um maior rendimento industrial e a homogeneidade do produto conseguido com sementes selecionadas permite ganhos

significativos na indústria. Além disso, a padronização da tecnologia homogeneiza a produção, permitindo uso correto dos recursos naturais segundo suas características além de propiciar o planejamento da safra para uma melhor depreciação do capital fixo da maquinaria e edificações da usina. A cooperativa funciona portanto como organizadora da produção com vistas à industrialização; sendo portanto a centralização do capital dos produtores agrícolas na cooperativa a forma viável de realizarem tal empreendimento que só é factível isoladamente para o grande capital acumulado pela concentração do capital, submetendo a agricultura à indústria, impedindo que os ganhos industriais sejam apropriados pelos agricultores.

A lucratividade da agricultura está associada ao nível de participação na renda industrial, a agroindústria é fator chave do desenvolvimento do setor primário, definindo a própria evolução agrícola, se a opção de modernização não tiver garantia do poder de decisão sobre os destinos do complexo rural, com o controle da produção de insumos, processo produtivo, transformação e distribuição, não só a agricultura estará submetida mas a possibilidade de desnacionalização é grande. A agroindústria cooperativa de dimensões empresariais grandes, mesmo sendo composta de várias unidades processadoras menores, o que viabiliza sua localização próximo à produção diminuindo perdas, permite que o produtor tenha domínio sobre o processo e assim transformar-se num vendedor de produtos elaborados. A centralização do capital dos agricultores pode criar a agroindústria nacional através da cooperativa e fazer com que a acumulação se dê com capital hegemônico nacional. Assim "a agroindústria cooperativa garante a participação do agricultor em toda renda gerada pelo complexo rural"(9).

A formação de grandes conglomerados cooperativos é um fator indelével num setor industrial altamente oligopolizado como o da indústria de alimentos no Brasil. As cooperativas buscam competitividade ao integrar-se verticalmente pois cooperativas isoladas dificilmente teriam ou obteriam os recursos necessários para implantar suas unidades. Isso cria a necessidade de uma centralização maior do capital exigindo a formação de centrais e federações de cooperativas para operar num ramo industrial. As grandes corporações operam com marcas unificadas e obtêm economias de escala nessa operação. Somente a integração horizontal de cooperativas que operam

com as mesmas culturas permite obter os recursos necessários a projetos industriais de grande envergadura e com isso tornarem-se aptas a concorrer com as grandes empresas(10). Nesse processo, o cooperado paulatinamente vai perdendo seu controle sobre a organização, assim como o operário especializado é alienado em relação à mercadoria na medida em que ela é cada vez mais produto social. O cooperado não mais identifica seu produto que passa a ser então produto da cooperativa, produtos de todos. O cooperado não é mais aquele proprietário rural isolado, para auferir economias de escala é necessário a adoção de medidas de planejamento regional, compra conjunta de máquinas e equipamentos e industrialização cooperativa, diluindo o poder de decisão do cooperado que agora se submete ao grupo. A ampla complexidade que representa a administração dos complexos agroindustriais submete na sua lógica todo o capital individual participante. Dessa maneira, a centralização do capital através da cooperativa promove o fenômeno característico do capitalismo, a socialização da produção.

As cooperativas de crédito, vinculadas às cooperativas de produtores agrícolas, têm aumentado bastante em importância e desempenho. Isso porque no capitalismo oligopólico um aspecto fundamental no processo de desenvolvimento agrícola está na capitalização do setor, ou seja de onde vem o capital para o crédito rural, com a finalidade de suprir os recursos para investimento e custeio da safra. A política de crédito rural acompanha o dinamismo da economia atendendo o grande capital, não sendo permitido ao pequeno capital isoladamente captar recursos necessários ao seu empreendimento. A centralização do capital em cooperativas de crédito dá essas condições ao pequeno capitalista. Para o capital financeiro há redução do risco de inadimplência, menor tempo da operação aumentando a produtividade do trabalho bancário com o aumento do tamanho médio dos empréstimos. A cooperativa descentraliza o crédito rural e associa-o à assistência técnica e fornecimento de insumos, tornando-o instrumento eficaz para o progresso tecnológico do setor agrícola.

A criação de grandes sistemas de crédito rural cooperativo no qual já existem 100 cooperativas é a nova face do cooperativismo agrícola brasileiro. A complementaridade de safras geraria o volume de recursos que centralizados num sistema unificado seria reuplicado na agricultura. A

partir de sistemas estaduais de cooperativas de crédito, atrelados nacionalmente a um órgão central que poderia ser o Banco Nacional de Crédito(BNCC), as cooperativas buscam montar uma grande estrutura financeira que garantiria recursos não inflacionários para a agricultura(22).Além dos recursos oriundos do setor, os recursos governamentais para agricultura seriam canalizados pelo sistema cooperativo de crédito. No Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, o crescimento das cooperativas de crédito associadas às cooperativas de produtores agrícolas está ocorrendo com grande rapidez, sendo que o sistema gaúcho está praticamene consolidado numa organização financeira de razoável porte. A centralização do capital também nesse caso promove ganhos que isoladamente não seriam acessíveis ao pequeno capitalista.A formação de um grande conglomerado de cooperativas de crédito é a nova face do fortalecimento do capital agrário, formando junto com as cooperativas de produção um invejável estrutura econômica.

O cooperativismo transforma-se paulatinamente em grandes corporações econômicas cuja força já coloca cooperativas entre as principais empresas do Brasil. As grandes organizações de cooperativas agrícolas são geridas segundo modernas técnicas organizacionais. A complexidade das mesmas e a busca da eficiência fazem tornar tênues, para não dizer inexistentes, as alusões aos Princípios de Rochdale. Na verdade, o moderno capitalista cooperativo encara sua organização como uma forma de realizar seu objetivo de reprodução do capital; quanto aos Princípios de Rochdale ele os ignora.No contexto do empreendimento, a questão fundamental rochdaleana de reunião de pessoas com fins humanitários faz parte somente da retórica. As cooperativas, tanto de consumidores como de produtores, têm na escala de operação seu objetivo principal, sem o que não teriam como cumprir seus desígnios; para isso modernizam constantemente seus aparatos administrativos. As cooperativas de consumo têm uma importância pequena no contexto brasileiro,do ponto de vista econômico,por outro lado as cooperativas de produtores agrícolas formaram invejáveis estruturas,realçando-se no contexto econômico como forma de centralização do capital agrário;ao que as cooperativas de crédito associadas às de produção vêm dar suporte importante para a consolidação.

Apresentando as finalidades da Doutrina Cooperativista e cotejando com as das cooperativas dos países de economia de mercado e economia socialista, PINHO(17) aponta as "distorções" do cooperativismo sob essas condições (quadro 2). Contudo, continua a insistir na capacidade do cooperativismo de corrigir as distorções do mercado e do capitalismo, desconsiderando as lucrativas cooperativas onde o alcance dos objetivos doutrinários não se mostra significativo. Por outro lado a autora critica o atrelamento ao Estado das cooperativas no socialismo, embora estas tenham materializado conquistas mais amplas que o alcance das transformações propugnadas pelas regras rochdaleanas, eliminando a concorrência, o salarido e o lucro e conseguindo o justo preço, como expressão do trabalho incorporado na produção das mercadorias.

QUADRO 2. - Modificações na Finalidade da Doutrina Cooperativa

Doutrina Cooperativa	Economia de Mercado	Economia Socialista
- corrigir e modificar o meio econômico-social, pacífica e gradativamente, com base nas cooperativas de consumo (Hegemonia do Consumidor). O consumidor deve ser tudo	- corrigir as distorções de mercado e do capitalismo	- efetuar a transição o capitalismo e socialismo, pela criação de mentalidade coletivista (porque coloca em comum os instrumentos de produção cria o sentimento de nós)
- prestar serviços - busca eliminar a concorrência, o salarido, o lucro, obter o justo preço e obter a República Cooperativista.	- prestar serviços - não consegue eliminar a concorrência, o salarido, o lucro, obter o justo preço e realizar a República Cooperativista	- prestar serviços - consegue eliminar a concorrência, o salarido e o lucro, mas não consegue obter o justo preço e a República Cooperativista.

Fonte: PINHO (17).

A questão fundamental que se coloca é que as cooperativas não são incentivadas pelos órgãos governamentais tendo em vista a construção de uma sociedade com base nos Princípios Doutrinários. As grandes cooperativas brasileiras nasceram e prosperaram sobre a égide de políticas estimuladoras

como o caso do trigo. O cooperativismo é uma estratégia de desenvolvimento capitalista no campo. JOHANNEN(6) coloca que no nível de subdesenvolvimento latinoamericano, onde uma grande população de pequenos agricultores está submetida a um processo no qual isoladamente são susceptíveis de serem fagocitados na concentração do capital, a cooperativa é um instrumento importante. A exigência de eficiência própria da agricultura moderna não é compatível com um grande número de produtores isolados, sem estrutura produtiva e de comercialização e com tecnologias que levam a um baixo rendimento cultural. Confrontando um processo de racionalização da produção agrícola, beneficiamento e comercialização em nível capaz de suprir as exigências do mercado criado por uma população urbanizada, os pequenos produtores não teriam outra forma de preencher estas condições. Nesse sentido, as políticas governamentais têm no cooperativismo uma forma de criar tais condições através de organizações dinâmicas, bem estruturadas, integradas em conjuntos complexos, o que permitirá o uso de novas tecnologias tanto em sistema de produção agrícola como de administração e transformação do produto, "alcançando, assim, estágios de economia de escala também para estas unidades produtoras de economia primária, geralmente de difícil penetração para inovações. As cooperativas conceituadas como verdadeiros polos de desenvolvimento sócio-econômico, incentivadas e promovidas com este objetivo principal, sem dúvida oferecem a médio e longo prazo condições reais para transformação da agricultura, com vistas a constituir base sólida de agroindústrias altamente produtivas e competitivas tanto no mercado interno como externo".

BORDA(1) analisa o cooperativismo do Equador, Colômbia e Venezuela, onde as cooperativas são organizadas por órgãos oficiais como alternativa para as áreas marginais em função dos "altos e bons" propósitos da doutrina. Elas seriam necessárias para a melhoria do nível econômico, a revolução política, um maior nível de serviço, eliminar a usura, o lucro e a exploração, levando o homem a modificar-se estimulando novas atitudes que irão resultar numa ordem social mais justa. A formulação dos objetivos reais propugnados está camuflada no cooperativismo, que funciona como escape à crescente mobilização camponesa, preservando a estrutura capitalista de

produção, conseguindo um certo grau de mudança social. As cooperativas têm seu comportamento pautado pela política governamental, distinguindo produtos e setores, e essa política não se dá no vazio, antes disso é condição de sustentação do poder das fortes oligarquias rurais. A adoção de tecnologia moderna, como uso de fertilizantes, de máquinas e sementes melhoradas, implementando a produtividade do trabalho, não confronta e sim reforça o capitalismo dependente.

A dicotomia entre o cooperativismo e a parcela pobre de produtores rurais está associada às razões fundamentais da sua implantação. Como instrumento de política, está estritamente ligado à acumulação de capital: utilizando mais insumos abre espaço para uma demanda maior de valor de uso, com isso a massa de trabalho excedente cresce não só relativamente ao trabalho necessário mas também em volume absoluto. A cooperativa cumpre assim seu papel histórico no desenvolvimento capitalista, não sendo outra a explicação para a sua expansão em grandes corporações em setores privilegiados da economia. Como organização de complexidade crescente tem impacto na realidade cultural do produtor marginal da agricultura, ele dentro da sua realidade de produção para subsistência tem suas formas de ajuda mútua, com raízes específicas ao seu universo e não assimilam completamente as cooperativas, entendendo-as como negócio, como entes exógenos à sua convivência.

Organizar a agricultura, centralizando o capital esse é o objetivo principal das políticas implementadas. Constituindo-se numa incrementadora de progresso tecnológico do campo, a cooperativa é utilizada para instrumentalizar o desenvolvimento capitalista, consolidando-se como alternativa à superação das limitações estruturais. A manutenção da propriedade da terra individualizada é conseguida no cooperativismo que contorna essa limitação, permitindo ao capital incorporar o espaço produtivo do campo sem a expropriação do pequeno agricultor, a partir de agora empresário capitalista que com capital centralizado na organização engendra a acumulação de capital dentro da lógica geral do modo de produção. A cooperativa atacará a necessidade de levar os pequenos agricultores a juntar esforços procurando criar uma estrutura produtiva capaz de competir e de ser compatível com o desenvolvimento global da economia e com isso não

sucumbirem com o avanço do capitalismo . Nesse contexto, para esse conjunto específico de trabalhadores do campo, a cooperativa é a forma de sobrevivência. É fundamental que se tenha em conta que o avanço do capital dá-se independentemente de quais meios vá utilizar, e para isso conta inclusive com o respaldo da demanda urbana cada vez mais exigente para submeter o campo aos seus desígnios. Aos produtores rurais modernizar não é uma escolha mas um imperativo do desenvolvimento das forças produtivas.

Na formação da moderna agricultura européia ocidental, isso é mostrado por KAUTSKY (8) que, analisando as cooperativas agrícolas alemãs no início deste século, período em que o avanço capitalista alemão era vigoroso, comprova a importância dessas organizações e o crescimento experimentado pelas mesmas, realçando suas influências benéficas na redução da intermediação e com isso barateando os preços dos insumos, na proteção contra a falsificação e permitindo a utilização de tecnologias como adubos, sementes e máquinas. Na Saxônia praticamente todos os arados a vapor eram propriedade cooperativa, sem o que os pequenos agricultores não teriam acesso a essa tecnologia. Ressalta o autor, entretanto, que não deve se superestimar o sistema cooperativista, argumentando que o mesmo não se configura como transição para o socialismo na sociedade capitalista, "no entanto, as cooperativas se configuram como instrumento vigoroso do desenvolvimento econômico e para a transição do pequeno para o grande estabelecimento. É por essa razão que se deve preferí-las ao invés do meio capitalista propriamente dito de promoção desse desenvolvimento: a expropriação da pequena propriedade. Não podemos evitar que este último método de desenvolvimento se configure na sociedade atual mas não há razão nenhuma para apoiá-lo. Com referência à cooperativa, nada impede, no entanto, que o façamos sem maiores restrições".

Na Europa, entretanto, a utilização da forma cooperativa de exploração agropecuária não deu-se apenas como instrumento de modernização da produção capitalista. Na construção do socialismo na Rússia as cooperativas foram utilizadas desde os primeiros tempos da Revolução Bolchevique no início do século. Com os meios de produção rurais sob a posse dos latifundiários, uma estrutura produtiva deficiente, grande escassez de cereais, víveres e matérias-primas, era necessário utilizar uma forma de

organização que eliminasse o fracionamento das fazendas camponesas e obter-se um nível de produtividade do trabalho superior ao baixo rendimento vigente na agricultura. A Nova Política Econômica (NEP), tendo em vista que individualmente em pequenas áreas era impossível empregar maquinaria e tecnologia, nem se poderia incrementar a produtividade do trabalho aumentando a oferta agrícola, implementa as cooperativas como uma forma de desenvolver as forças produtivas e construir o socialismo. Com os meios de produção em poder do Estado, organizando a população rural em cooperativas teriam o imprescindível e suficiente para edificar a sociedade socialista(19).

POPOV(19) estudando o desenvolvimento da agropecuária russa após a Revolução Bolchevique, mostra a determinação com que o Poder Soviético dinamizou a formação de cooperativas. As organizações soviéticas eram, no geral, do tipo de cooperativas integrais, operando na compra de insumos e na venda e transformação da produção de seus cooperados, para o que tinham apoio do Banco Central Agrícola. Nos primeiros anos da revolução não havia tratores na agricultura; em 1928 já existiam 27 mil, dadas as condições vantajosas para aquisição de máquinas oferecidas pelo Estado através de créditos especiais para aquisição de tratores, arados, semeadeiras, colhedadeiras e trilhadeiras. Buscava-se resolver com essa ação contradições latentes da sociedade soviética, elevando a produtividade do trabalho e melhorando o nível de vida no campo. As cooperativas socialistas, como as capitalistas, foram utilizadas como instrumento de desenvolvimento das forças produtivas, assumindo cada uma delas, em seu caso específico, as características determinadas pelo modo de produção dominante.

Os Princípios de Rochdale não têm sido a razão da implementação de cooperativas, tanto no socialismo como no capitalismo. No capitalismo, o capital centralizado na cooperativa contribui para aumento da escala de produção fazendo crescer o trabalho excedente em relação ao trabalho necessário e esse sobretabalho é apropriado pelo cooperado. Nesse sentido o associado da cooperativa toma feição de empresário capitalista negando as propostas reformistas rochdaleanas. O capital ao centralizar-se dessa maneira cumpre seu desígnio histórico sem expropriar o pequeno e médio agricultor como o faria na concentração do capital. A cooperativa agrícola

capitalista organiza a propriedade privada dos meios de produção, a socialista a propriedade coletiva dos meios de produção, em ambos os casos submete-se à lógica dominante contribuindo para o avanço da produção de mercadorias.

3. - GRANDES COOPERATIVAS E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DEPENDENTE

As cooperativas amoldam-se aos modos de produção onde estão inseridas; por isso na América Latina elas se constituem das características peculiares ao desenvolvimento capitalista dependente. As políticas governamentais do pós-guerra tinham como objetivo a industrialização, assim as multinacionais passaram a instalar unidades no continente latino-americano. Dentro da nova estratégia do capitalismo a nível mundial, buscava-se submeter as economias pelo processo endógeno; isto é, implantando-se em setores vitais no seio da atividade produtiva de cada país. O setor agrícola foi incorporado nesse contexto, pois passou a ser essencial para o sucesso do modelo proposto a conquista do espaço produtivo do campo como mercado de bens industriais. As raízes da indústria e sistema financeiro brasileiros remontam ao início deste século, estruturadas em função do café. No entanto, após a crise de 1929 e principalmente após a 2ª Guerra Mundial, esses setores adquiriram notável dinamismo e expandiram suas atuações.

A urbanização criou a exigência de novos padrões de vários itens de consumo e propiciou o crescimento da demanda de outros até então com importância pequena, fatos que aliados à indústria de transformação, definiram um novo perfil para a atividade produtiva rural. A agricultura foi premiada a impulsionar o progresso tecnológico, pois a maior produtividade do trabalho era uma condição imposta pelo processo, compatibilizando o setor com a lógica do grande capital. Para adequar a produção agrícola à essa dinâmica era essencial eliminar a atomização, daí o fortalecimento do cooperativismo de produtores rurais centralizando o capital agrário. Com as

cooperativas abriu-se um mercado de bens industriais no campo, adequando-o as condições necessárias à modernização do parque produtivo da pequena e média propriedade, sem expropriá-los como se daria como decorrência da concentração do capital através do latifúndio.

Ressalte-se que a grande propriedade não só modernizou-se como cresceu, sendo privilegiada por um grande leque de medidas governamentais como o crédito subsidiado. A concentração da terra é um fato evidente na agricultura brasileira, contudo não elimina a importância da formação das grandes cooperativas, pelo contrário, estas vêm como complemento da concentração do capital na evolução do modo da produção capitalista.

A complexidade da agricultura aumentou com o progresso tecnológico, fruto da incorporação de um amplo número de variáveis à administração rural em função do nível de eficiência exigido. Assim, o processo foi seletivo para um número ponderável de produtores e mesmo a cooperativa exerceu esse papel, exigindo a expropriação desses proprietários. Forjou-se organizações submetidas às normas da racionalidade capitalista assumindo uma estrutura incompatível com a população rural mais pobre a exigir associações mais simples para solucionar seus problemas mais prementes. O cooperativismo, como estratégia do capital, implantou-se para viabilizar a produção capitalista melhorando a posição relativa dos empresários capitalistas que participam do empreendimento; não como instrumento de acabar com a miséria rural de agricultores que sem capital não tinham o que centralizar.

A expansão do cooperativismo no Brasil deu-se a partir da crise de 1929, de sérios reflexos na economia nacional, agravada pelas características sociais do Estado Novo, exigindo alternativas para sua superação. "Isto explicaria o cooperativismo como instrumento de intervenção do governo, permitindo um dirigismo econômico sem conflitos com o espírito democrático", como argumenta CARMO(2), a despeito da estrutura ditatorial do regime getulista. A industrialização acompanhada da urbanização levava à dificuldades de abastecimento que enfrentava o desafio de um mercado em expansão sem estrutura varejista e expunha os operários à escassez, principalmente de alimentação e habitação; o governo procurava então amenizar a pressão social com organizações de consumidores. Essas

cooperativas de consumidores de inspiração rochdaleana, dinâmicas e numerosas em razão dos incentivos fiscais, sucumbiram quando os mesmos foram retirados a partir da década de 60 e tiveram que concorrer no mercado. Muitas delas fecharam, subsistindo as mais fortes e bem estruturadas dentro da racionalidade econômica vigente(18). Houve uma inversão na política cooperativista governamental, na medida que a modernização da agricultura foi posta em marcha, os amparos estatais passaram a contemplar as cooperativas de produtores em vez das de consumidores.

Tal ocorrência coloca bem à mostra o caráter de instrumento do cooperativismo, enquanto deixava de lado as cooperativas de consumidores quando a urbanização se dava com grande intensidade, o Estado sendo articulador do processo de acumulação capitalista, engendrou o fortalecimento de cooperativas de produtores rurais no ensejo de empreender uma política de modernização no campo. Esse processo teve ainda a utilização de instrumentos como o crédito rural subsidiado, políticas de preços para produtos específicos e tais medidas ao serem tomadas visavam concretizar a concepção de boa sociedade da parcela hegemônica dentro da burguesia que se instalou no poder em 1964, impulsionando a internacionalização da economia brasileira. A tecnocracia burguesa optou por modernizar o campo e durante mais de duas décadas implementou uma ação que utilizando fatores de produção modernos, aumentasse a produção de mercadorias, empreendendo um avanço sem precedentes da acumulação de capital. As cooperativas agropecuárias foram incorporadas e expandiram num contexto onde o progresso técnico era a opção de realização de um volume maior de mais valia.

A evolução histórica do número de cooperativas agrícolas brasileiras reflete o nível da centralização do capital agrário (quadro 3). No período 1940/60 houve um aumento significativo, de 530 unidades passaram a existir 1739 cooperativas correspondendo à fase do reassentamento do espaço rural assolado pela crise cafeeira e que se estruturava com novas culturas. No período 1960/70 com a entrada em cenário dos grandes oligopólios é início da fase mais avançada do processo de modernização o número de cooperativas agropecuárias diminuiu drasticamente atingindo 1.160 unidades. As fusões e incorporações foram a tônica do movimento cooperativista, agrupando-se para atuar fortalecido no processo de

acumulação. No período 1970/80, o número de cooperativas expandiu atingindo 1480 organizações; sendo que a formação de grandes corporações de cooperativas centrais e federações caracterizou o cooperativismo nesses anos. Do comportamento histórico refletido nesses dados, infere-se que a centralização do capital que norteia as associações de várias pessoas em torno de uma entidade com fins econômicos, também ocorre entre as empresas na busca de competitividade, racionalizando as atividades, reduzindo custos, absorvendo tecnologias, gerando economias de escala.

QUADRO 3. - Número de Cooperativas Agropecuárias Brasileiras, 1940/80

Região	1940	1950	1960	1970	1980
Sudeste/Sul	402	835	1.188	830	982
Nordeste	118	296	453	248	408
Norte/Centro-Oeste	10	60	98	82	90
Brasil	530	1.191	1.739	1.160	1.480

Fonte: PINHO(18)

A evolução do número de associados vem corroborar a tese de centralização do capital na junção de cooperativas, pois os dados não apresentam a descontinuidade do período 1960/70 que a quantidade de cooperativas experimentou; com isso o número de cooperados cresceu em todo o período 1940/80(quadro 4). Dessas informações pode-se inferir a distribuição regional dos cooperados. A região Sudeste/Sul, onde se localiza a agricultura mais desenvolvida em base empresarial, tem um número imensamente superior de pessoas cooperadas, estando isto estritamente relacionado com a participação do Sudeste/Sul na formação do valor da produção agrícola brasileira. É importante diagnosticar essa correspondência para a efetividade do cooperativismo como instrumento de desenvolvimento. Na medida em que a distribuição espacial dos associados das cooperativas apresenta-se coincidente com a distribuição nacional da geração de valor da produção, está sendo proporcional à estreita vinculação que mantém com o desenvolvimento capitalista.

QUADRO 4. - Número de Associados das Cooperativas Agropecuárias, Brasileiras
1940/80

Região	1940	1950	1960	1970	1980
Sudetes/Sul	44.703	118.060	304.210	605.607	1.282.903
Nordeste	1.805	25.247	98.843	130.200	386.729
Norte/Centro-Oeste	382	1.835	8.433	23.326	48.513
Brasil	46.890	145.142	406.486	759.133	1.718.145

Fonte: PINHO(18)

Num universo onde a composição orgânica do capital se eleva junto com a área média de lavouras, a estrutura agrária dentro do cooperativismo mostra a posse da terra concentrada, refletindo os níveis da agricultura como um todo (quadro 6). A grande maioria dos cooperados(71,2%) é de pequenos agricultores com área de terra até 50 hectares, no entanto eles juntos apropriam 18,2% da área dos cooperados. No outro extremo, os propriedades acima de 500 hectares, que sendo 2,5% dos cooperados detêm 28% da terra. Se por um lado isso reflete que a concentração da terra é reproduzida no seio do movimento cooperativista, por outro mostra como a imensa população de minifundiários participa do processo de acumulação através da cooperativa. Acrescente-se o fato de que a agricultura não se reduz ao processo produtivo no campo, pois se o agricultor ficar confinado apenas à sua lavoura, sua autonomia perante a economia agrícola como um todo é quase nula. A transformação e padronização de produtos bem como a participação na exportação exigem nível organizacional e de escala bastante maiores. Por essa razão, áreas individuais até 1.000 hectares não produzem, para a maioria das culturas, volume suficiente para, isoladamente, atuar no contexto de um mercado oligopolizado sendo raras as empresas rurais com tal dimensão comercial. A centralização do capital agrário em centrais cooperativas é opção tanto para os de menor tamanho de área quanto para os médios e grandes proprietários, pois somente dessa forma assumiriam a característica de grande capital.

QUADRO 5. - Estrutura Agrária dos Cooperados Agrícolas, Brasil, 1984

Estrato	Número de Cooperados(%)	Área Total (%)
Menos de 10 ha	29,0	1,8
10 a menos de 50 ha	42,3	16,4
50 a menos de 100 ha	16,6	16,2
100 a menos de 500 ha	9,6	37,6
500. ha ou mais	2,5	28,0

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Procurando atender esse grande número de pequenos produtores, as cooperativas montaram estruturas de assistência técnica. O progresso tecnológico é um imperativo para a economicidade de todo o complexo, a produção cooperativada deve estar atenta ao aumento da produtividade do trabalho agrícola e industrial, não só incorporando insumos no campo mas promovendo modificações no processo produtivo de modo a garantir a melhoria da qualidade da matéria-prima que permita um maior rendimento industrial. Essa necessidade levou à formação dos departamentos técnicos (quadro 6) e ao estreitamento das relações com as unidades governamentais de pesquisa a nível estadual e nacional. A estrutura cooperativa de assistência à agropecuária é mais evoluída no Sul do Brasil onde estão mais da metade dos técnicos. Para pequenos agricultores ela só pode ser realizada através da organização na medida em que é muito onerosa e inacessível para os mesmos isoladamente. A cooperativa nesse processo se incumbem de outra ação importante, promove o planejamento geral da produção dos associados, dando ganhos ao conjunto pela interfase de vários fatores que permitem ganhos em escala, como a manutenção de maquinaria e produção de sementes, além de compra de insumos e compatibilização de safras em função do transporte para a agroindústria, distribuição e armazenamento.

QUADRO 6. - Número de Profissionais de Assistência Técnica das Cooperativas Brasil, 1984

Região	Nível Superior	Nível Médio	Total
Norte	28	36	64
Nordeste	354	1.671	2.025
Sudeste	811	1.525	2.336
Sul	1.772	6.179	7.951
Centro-Oeste	192	1.069	1.261
Brasil	3.157	10.480	13.637

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

A pesquisa agropecuária governamental ao atuar com as cooperativas aumenta sua capacidade operacional. Várias formas de organizações rurais interagem com a pesquisa o que conduz a um estreitamento de relações que promovem a vinculação dos interesses e os objetivos dos estudos que crivados pela necessidade explícita do setor são redirecionados para a solução das limitações técnicas mais sérias do processo produtivo. Com isso, assumindo seu papel enquanto capital oligopolizado, a cooperativa passa a dar suporte ao desenvolvimento de tecnologias. Dentre muitos casos pode-se citar em São Paulo as Cooperativas de Triticultores do Vale do Paranapanema e de Cafeicultores da Alta Paulista, as quais através de convênios investem nos programas de trigo e café, passando a atuar com a retaguarda da estrutura da Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária do Governo do Estado, com resultados de amplo alcance como o lançamento de novos cultivares de trigo adequados aos cooperados com resistência a ferrugem do colmo e da folha e a enxertia hipocotiledonar que resolve o problema de nematóide em café. A FECOTRIGO, a COTIA E COPERSUCAR possuem redes próprias de experimentação agrícola adaptando ou desenvolvendo tecnologias para seus associados.

Apenas aparelhando-se para progresso tecnológico as cooperativas podem atuar com os produtos mais rentáveis. A participação da produção dos cooperados dá-se nas culturas mais estimuladas em função do modelo econômico (quadro 7). A produção tritícola cooperativa representa quase a totalidade nacional (95,71%) sendo que as cooperativas do Rio Grande do Sul cresceram e

se fortaleceram em função dessa cultura, protegidas por uma política governamental de preços que diminuiu consideravelmente os riscos. A soja bastante cultivada em rotação com o trigo, também é um importante produto cooperativo(49,8%) com participação maior nas produções locais das cooperativas gaúchas e paulistas e menor no Brasil Central. Outro produto de preço administrado que tem relevante presença dos cooperados é o leite(45,6%), atendendo a demanda crescente com a urbanização que exige a padronização e beneficiamento industrial. Em termos nacionais, tem ainda destaque o algodão(31,4%) notadamente no Paraná e São Paulo, o arroz(15,3%) com destaque para o Rio Grande do Sul, a uva(22,7%) e cevada(36,8%). Além dos citados, as cooperativas, segundo PINHO(18), têm grande importância na produção do açúcar em São Paulo(85% da safra do Estado), do chá paulista (90% da produção estadual), da lã de ovinos no Rio Grande do Sul(90% da produção gaúcha), ao que se soma 98% das frutas e legumes e 50% do pescado de São Paulo. A lista de mercadorias apresentada demonstra a vinculação da produção cooperativista à lógica da acumulação do capital e às vicissitudes do processo de urbanização.

QUADRO 7. - Participação Cooperativa na Produção Agrícola Regional e do Brasil, 1984

Produto	Norte	Nordeste	Sudêste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Alg. caroço	1,97	11,67	31,61	60,09	20,61	31,43
Arroz casca	-	1,00	1,93	31,70	6,32	15,30
Cacau	2,60	18,42	-	-	-	16,72
Café	-	1,41	28,96	40,32	-	28,70
Cevada	-	-	-	36,84	-	36,84
Feijão	-	-	-	19,46	-	7,00
Leite in natura	-	32,82	50,66	52,17	20,59	45,62
Milho	-	-	6,81	15,67	5,55	10,88
Soja	-	-	56,94	65,38	8,15	49,86
Trigo	-	-	91,65	97,31	2,06	95,71
Uva	-	-	2,47	27,82	-	22,70

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Tanto ao nível geral como regionalmente o cooperativismo produz aqueles produtos mais importantes na economia local e também é evidente a maior participação da produção cooperativa nas regiões de maior valor da produção. O percentual da produção cooperada no Norte é baixa. No Nordeste é significativa para o leite (32,8%) vindo a seguir o cacau e o algodão, no Sudeste e Sul contempla os principais produtos em índices representativos dentro da maior força regional na produção nacional, pois no Sudeste/Sul concentra-se a geração de porcentagem expressiva do PIB agrícola. No Centro-Oeste a participação cooperativa é pequena, ficando restrita ao leite e algodão. Em outras palavras a estrutura cooperativista está diretamente relacionada com os desequilíbrios regionais e com as características estruturais do desenvolvimento capitalista dependente (24). Participar da agropecuária nas regiões dinâmicas é fazê-lo com tecnologia moderna, crescente produtividade e cultivando os principais produtos; isso é o que realizam as cooperativas agrícolas.

A reprodução das características do capitalismo dependente nas cooperativas constitui um imperativo ao seu fortalecimento, permitindo que os objetivos propostos sigam os ditames de sua inserção num quadro específico de política econômica que encaminha a construção de uma estrutura social sob a ótica burguesa de desenvolvimento. A composição orgânica eleva-se com o capital constante crescendo em relação ao capital variável; a medida que isso ocorre também o capital desloca-se progressivamente das mãos do associado para a cooperativa; as oficinas de manutenção, o capital alocado na organização de crédito, os depósitos e os armazéns passam a ter determinação de todo o quadro associativo. A pressão para esse "despreendimento" para uma população onde as raízes da propriedade privada são fortes é a presença do grande capital. Mesmo que a relação que mantenham com a terra seja a renda fundiária, pois toda a exploração é dada em função do empreendimento cooperativo, logo com racionalidade de oligopólio que quer diminuir os custos das mercadorias, com todas essas injunções o pequeno proprietário defende a propriedade privada com unhas e dentes.

Fazendo-se empresário capitalista com seus sonhos de acumulação magnificados no negócio cooperativo de porte, o complexo cooperativo é a materialização da expansão do minifazendeiro, espelho de sua vontade; esse

processo só pode se dar na presença e sob contingência do capital oligopólico. Ao implementar a integração horizontal e vertical centralizando o capital, ao submeter o espaço produtivo rural à racionalização técnica, a cooperativa central reveste-se da lógica do capital agrário driblando a renda fundiária. Por tal razão ela só é necessária onde o capitalismo oligopolista se faz pronto para engendrar sua dinâmica característica, e é por não estarem nesse meio ou sob esses desígnios diretos que "grande parte das chamadas cooperativas de baixa renda, devido a condicionantes políticos e/ou problemas estruturais graves, atuam mais como organizações para resolver problemas conjunturais localizados do que propriamente instrumento de modernização e desenvolvimento da agricultura"(10).

A verdadeira face do cooperativismo brasileiro tem nas cooperativas tritícolas gaúchas sua forma atual característica. Um grande conglomerado de capital nacional é como MULLER(14) apresenta a COTRIJUI. A produção de trigo deixou de ser a única preocupação dessa grande cooperativa sul-riograndense, que busca a diversificação de suas atividades com base em relações comunitárias, na propriedade da terra e algum patrimônio. A atuação como conglomerado, desenvolvendo múltiplas atividades faz da COTRIJUI uma forma diferente de relação do grande capital com os minifundiários, não atrelando-os ao capital comercial, industrial, financeiro ou mesmo ao grande proprietário rural. A modernização da triticultura gaúcha gerou a COTRIJUI intermediando o monopólio da compra representando pelo Banco do Brasil e os produtores e enfrentando os oligopólios internacionais que atuam na moagem do trigo. A COTRIJUI e outras cooperativas centralizaram suas ações na FECOTRIGO, para esta ser interlocutora privilegiada junto ao governo, além de realizar pesquisa agrônômica, comercialização, produção de sementes selecionadas, armazenamento, difusão de tecnologia e busca de superação da monocultura do trigo. A COTRIJUI é orgânica à produção na medida em que as produções individuais não podem ser analisadas à revelia da cooperativa, pois a lógica que impera para cada associado está intrinsecamente vinculada à determinação imanente da organização para o todo.

Através do progresso tecnológico a cooperativa busca a solução para os problemas da produção agrícola no enfrentamento do avanço do capitalismo, desenvolvendo as forças produtivas, o que implica no

crescimento da produtividade do trabalho no campo no seu particular e na economia num todo. Isso é fundamental para grande maioria dos pequenos produtores que enfrentam a limitação de capital para participar do processo de acumulação sendo passíveis de serem fagocitados pela concentração da terra. Como MULLER(14) coloca, " a tentativa que a COTRIJUI realiza consiste na expansão das atividades econômicas de um corpo de associados marcados por profunda assimetria econômica e social num contexto crescentemente delineado pela atuação de oligopólios industriais e comerciais; num contexto desta natureza, caso queira sobreviver e realizar algum avanço, não há como não se transformar também numa forma de capital monopolico".

FRANTZ(4) história a consolidação da COTRIJUI. Na medida em que as iniciativas iam forjando o complexo cooperativo, paulativamente eram extintas ou incorporadas as cooperativas mistas existentes, o trigo e soja bem como sua organização adentraram no espaço produtivo respaldados por uma grande quantidade de benefícios sob a égide do Governo Federal. O cooperativismo isolado não interessava ao capital mas explicitamente a cooperativa de trigo: o instrumento de expansão da cultura e de execução da política proposta. A seleção econômica com base na assimilação da eficiência empresarial característica da agricultura moderna, sob métodos avançados de administração, foi implementada pela cooperativa, restando no campo empresas que enquanto familiares possuem alto grau de intensificação de capital." Com a modernização e a especialização da produção, muitos desapareceram proletarizando-se ou migrando para fora da região; outros capitalizaram integrando-se profundamente no complexo agro-industrial com auxílio do sistema financeiro do qual dependem cada vez para poder continuar produzindo".

A rentabilidade do binômio trigo e soja num processo de capitalização crescente promoveu uma adaptação da área média das propriedades à escala que maximize o lucro, eliminando propriedades maiores e menores. CORADINI(3) coloca que "não obstante o considerável avanço do capitalismo e a consequente integração de boa parte da produção agrícola do Rio Grande do Sul, as alterações estruturais que esse processo provoca não podem ser consideradas profundas... os dados mostram que a expansão da agricultura empresarial, nessas condições históricas, não resulta na

formação de grandes estabelecimentos". A COTRIJUI, formulada no ensejo da política nacional para o trigo, caracterizando-se como instrumento de política no sentido de implementar o desenvolvimento no campo, superando, nesse contexto, as limitações estruturais calcadas na posse da terra, na medida em que os proprietários individuais não se incorporariam isoladamente ao processo. A cooperativa, colocada como estrutura de centralização do capital individual de seus associados, representa não só uma forma de garantir-lhes a rentabilidade pelos ganhos de escala na compra e venda, como propicia o acesso a insumos modernos articuladamente não só para buscar preços mais vantajosos, maior produtividade, mas principalmente para viabilizar o rendimento máximo desses insumos em termos de mais produto por unidade.

Na produção de hortigranjeiros, um outro conglomerado de cooperativas toma proporções enormes, praticamente controlando a comercialização de vários desses produtos na Grande São Paulo. Trata-se da Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central (CAC-CC) atuando num mercado criado pela urbanização, exigente de novos padrões e de novos produtos. A CAC-CC congregava, em 1985, o número de 13.441 cooperados e era constituída de 10 regionais associadas, com 200 pontos operacionais espalhados por 14 estados da federação. A estrutura era composta de 85 postos de atendimento regionais, 26 entrepostos e centros de abastecimento, 2 abatedouros, 8 supermercados, 8 lojas de insumos, 1 armazém padronizador de maçã, 16 moinhos e misturagem de rações, 10 granjas e incubações, 10 armazéns padronizadores de ovos, 3 armazéns padronizadores de batata, 6 usinas de algodão, chá e rami, 6 unidades beneficiadoras de sementes, 11 estações experimentais, 21 silos e armazéns recebedores e 17 máquinas de café(20). É invejável o patrimônio do complexo Cotia, que no ano de 1985 cresceu 5% em termos reais.

A racionalidade de grande capital é praticada pela CAC-CC, com a organização controlando as unidades industriais, a pesquisa, a comunicação, os mercados de fatores e de produtos, buscando a interação racional entre os mesmos. Como está caracterizado no relatório da CAC-CC a agricultura exhibe grandes riscos tanto climáticos como de ordem econômica por isso "a situação exige eficiência, no trabalho, na técnica, no corte das despesas, em tudo.

Exige produtividade, o máximo de rendimento por unidade que se gaste, terra, insumos, trabalho, recursos financeiros"(20).

Participando da exportação e da comercialização interna de vários produtos, a CAC-CC cultivava dos seus cooperados o total de 387.305ha em 1985, número que era 5% menor que o ano anterior, sendo que o volume físico da produção havia crescido 31,6% em relação àquele ano. Preocupada com a expansão, a CAC-CC desenvolve Programas de Assentamentos Dirigidos em novas localidades abrangendo 1.000 cooperados; passou a atuar no Nordeste e no oeste da Bahia, no qual os associados já possuíam em 1984, o volume de 500 mil hectares para os quais a cooperativa montava um grande programa em Barreiros-BA, ocupando os "gerais". Através de 200 projetos de pesquisa em suas estações experimentais a CAC-CC testa tecnologias que são de início repassadas para os produtores de maior competência e experiência para comprovação em campo e a seguir consolidados em sistema de produção são difundidos para os demais cooperados. O suporte é dado através de interação com a Universidade, a EMBRAPA, a Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária(CPA), através do Instituto Agrônomo e Instituto Biológico e outros órgãos. Todo esse complexo é gerenciado por modelo organizacional informatizado onde é agilizada a tomada de decisões através de simulações, exercícios e projeções estatísticas em torno da problemática operacional(20).

A CAC-CC organiza a produção de seus cooperados, permitindo aos mesmos participar do mercado de hortigranjeiros, eliminando sua submissão ao capitalista que se ocupa da intermediação. Na faixa de produtores não participantes de cooperativas a submissão a esses agentes de comercialização dá-se em níveis mais desvantajosos para os pequenos proprietários. Bastante conhecidas são as barracas que exploram os produtores de tomate do Alto Vale do Ribeira subordinando-os de tal forma através de empréstimos durante o processo produtivo que comprometem-no totalmente frente seu financiador, sendo que na entrega da safra auferem pouco mais que o necessário para sua sobrevivência, os tomaticultores, são como trabalhadores a domicílio perante as barracas. A comercialização dos hortigranjeiros no Entreposto de São Paulo da CEAGESP e CEASAs regionais tem vários produtos controlados por um grupo pequeno e forte de atacadistas. A COTIA e a garantia da presença de

seus associados introduzindo-se no contexto desses oligopsonios no campo e atuando como um oligopólio de frutas, legumes, ovos e frangos a nível do comércio atacadista. Essa não é a única atividade da CAC-CC, no entanto é como ela é mais conhecida, um grande conglomerado produtor de hortigranjeiros.

Nesse quadro não se deve estudar o associado independente da cooperativa, sua produção deve ser colocada no contexto na medida em que a CAC-CC, como toda organização no capitalismo provoca a alienação do produtor em relação ao seu produto. A fruta ou legume que se encontra na feira não é proveniente de um cooperado em especial é mercadoria com padrão de qualidade Cotia. Ao participar da CAC-CC, como cotista normalmente igual aos demais, o empresário agrícola se submete aos desígnios do capital centralizado, logo o processo de cooperativização é essencialmente subordinador, da mesma forma que qualquer cidadão terá sua atuação determinada pelo grupo social onde se insere: o sindicato operário ou associação. Por outro lado, fatores sócio-culturais da tradição japonesa estão bastante arraizados e dão uma característica peculiar à relação organização-cooperado na CAC-CC.

A análise de LOUREIRO(11) se está correta na tese de que a cooperativa é uma forma de subordinar os pequenos proprietários ao capital, perde a relação com a causa ao não incluir no contexto que o capital que o subordina nada mais é que capital integralizado pelo próprio pequeno proprietário, ele aí é capitalista se si mesmo, isto é, participa como sócio-capitalista de um empreendimento que submete sua produção à administração determinada por padrões organizacionais e de eficiência próprias do grande capital. Como a entrada e saída de sócios é livre, o cooperado só não se afasta de sua organização porque ela é a maneira mais vantajosa e talvez única para continuar produzindo, tendo acesso à tecnologia e à maior produtividade do trabalho. A CAC-CC viabiliza a acumulação de capital aos seus cooperados que não a realizam isoladamente em função do nível de especialização dos produtos com que opera e, nesse sentido, como todas as cooperativas no Brasil, é instrumento de consolidação do desenvolvimento capitalista dependente. Seu fortalecimento é fruto desse processo pois a olericultura, a fruticultura e a avicultura, suas atividades básicas, são das mais intensivas em capital e trabalho, exigem um alto nível

de planejamento para se ter sucesso além de uma padronização eficaz, sendo produtos perecíveis e por isso de alto risco, são mercadorias nobres cuja demanda cresceu em decorrência do processo de urbanização.

A presença das cooperativas é impulsionada para adequar o espaço produtivo à acumulação. NOVAES(15) mostra o cooperativismo dos cotonicultores da Paraíba como mecanismo de modernização, realizando não só a organização da produção como também sua transformação. O sistema cooperativista passou a controlar as usinas de capital privado nacional e multinacional, pois pela insuficiência do individualismo, os fazendeiros estavam presos à estrutura olipsonica dos usineiros, e sob o controle destes não podiam participar do comércio de algodão em pluma. O cooperativismo permitiu que os produtores, enquanto cooperados, penetrassem no circuito e dele se beneficiassem. A atividade das usinas estava em decadência tanto pela crise regional como pela concorrência com o algodão de São Paulo e Centro Sul, de produtividade e qualidade da fibra superiores e crescentes, comprometendo cada vez mais o processo de acumulação. Com o apoio governamental as cooperativas de produtores foram criadas e assumiram as usinas na busca de melhoria na comercialização e da produção tanto no campo como de algodão beneficiado, permitindo maior rentabilidade à exploração de seus associados.

Para os cotonicultores a forma de aquisição pela sua cooperativa é mais vantajosa quando comparada aos mecanismos adotados pelos usineiros e multinacionais, comprando pelo preço mínimo ou pelo preço de mercado quando este apresenta-se superior e dependendo dos resultados da operação com algodão em pluma devolve sobras aos cooperados como retorno monetário extra, classificam mais corretamente o produto e promovem pesagens honestas, e finalmente: "a grande vantagem estaria no retorno de 40% em torta subsidiado, em relação à quantidade de algodão entregue... estas diferenças são constantemente apontadas pelos que delas se beneficiam"(15). Os ganhos da agroindústria são apropriados pelos agricultores, pois além de lucro da venda de óleo, torta e pluma, a usina-cooperativa permite romper a estrutura oligopsonica instituída pelos usineiros privados, com isso limita a manipulação de preços, garante a idoneidade do comércio, sendo inovadora e estabilizadora do mercado. Favorece os grandes plantadores de algodão e os pequenos que se integram à organização, diferenciando-se dos demais que não

acessam aos benefícios. A despeito disso, a empresa cooperativa, reproduz as relações do modo de produção capitalista no campo, excluindo os parceiros, trabalhadores rurais e minifundiários, "no caso, o cooperativismo do sertão paraibano deve ser visto como um instrumento político e econômico de determinada classe"(15).

No avanço do complexo agroindustrial canavieiro em São Paulo a cooperativa também se investe desse aspecto. SOUSA(25) inserido a Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba-COPLANA nesse contexto, caracteriza-a como uma empresa em busca de ampliar a visão individual dos seus associados para enfrentar o capitalismo oligopolista representado pelas usinas, aumentando a eficiência econômica. Numa região onde a concentração de terras se realiza em ritmo acelerado pelas próprias vicissitudes históricas da agroindústria canavieira, onde o nível de produtividade do trabalho cresce rapidamente com o progresso técnico que caracteriza Ribeirão Preto com uma das regiões mais intensivas em capital do Brasil e da própria América Latina, nesse meio, os fornecedores de cana isolados, economicamente frágeis, teriam sido fagocitados vendendo suas terras.

A evolução do plantio da cana-de-açúcar, implementada com base no complexo agroindustrial, levava de arrasto toda a autonomia minifundiária que se cristalizou a partir de 1929, com a subdivisão das grandes fazendas de café após a crise. O processo com uma força avalassadora submetia todo o espaço produtivo, e a COPLANA não teve como pressuposto retardá-lo, mas permitiu a incorporação de seus cooperados à dinâmica da acumulação. A produtividade do trabalho do complexo sucroalcooleiro como um todo, com melhor qualidade de matéria-prima através do maior volume de açúcar ou de álcool por hectare, utilizando variedades de maior teor de sacarose, é realizada através da cooperativa, que não susta a expansão capitalista mas colabora com a sua execução. A individualidade do fornecedor torna-o susceptível ao poder econômico; com a ação cooperativada suas chances são maiores para sobreviver enquanto produtor. Para isso as compras em comum, a planificação da safra, aquisição e manutenção da maquinaria e o controle do teor de sacarose da cana de seus associados são realizados pela COPLANA buscando formar um grande complexo, amenizando o conflito histórico com as

usinas através de ganhos crescentes a escala em várias etapas da produção.

Baixando o volume de trabalho vivo incorporado à mercadoria com maior composição orgânica do capital, a cooperativa acompanha o dinamismo que sustenta a expansão do complexo agroindustrial canavieiro: o progresso tecnológico que solapa as propriedades de baixo rendimento cultural. Na medida em que auffer um rendimento de 80 toneladas por hectare e os fornecedores isolados não atingem 70t/ha as usinas já estariam em superioridade com o custo unitário da matéria-prima própria 12,5% menor, sem contar os ganhos na escala da operação de máquinas e sua manutenção. Além disso, os usinérios obtêm ganhos também na fixação de preços, que correlaciona o álcool, o açúcar e o preço da cana, fixando o preço da parte agrícola de maneira a remunerar a maioria dos fornecedores, o que significa repassar ao preço do produto industrializado um custo superior ao estabelecido na produção da cana própria da usina. A cooperativa de fornecedores persegue a mesma rentabilidade para seus cooperados.

A cooperativa, ao ganhar em escala e na produtividade agrícola, leva ao barateamento da cana enquanto matéria-prima e esse processo de aumento da produtividade do trabalho deve ser perpetuado para não ser estrangulada pela usina. A busca de uma produção em escala cada vez maior, leva à integração cada vez maior das propriedades individuais de seus associados, levando à posse cooperativada dos meios de produção comprando e operando conjuntamente a maquinaria, integrando-se as cooperativas agrícolas às de crédito. RODRIGUES(21) mostra o cooperativismo dando vantagens aos fornecedores sustentando-os no processo produtivo apesar dos mesmos estarem sempre às voltas com problemas econômicos e operacionais cada vez mais crônicos e de difícil solução, principalmente para os que produzem até 5.000t de cana por ano. "Estes produtores, por mais moderna que seja a tecnologia, são limitados pela pequenez do faturamento, nas suas pretensões de modernização de equipamentos, com evidentes prejuízos em seus custos de produção, especialmente nos trabalhos de safra; e tal fenômeno tem sistematicamente levado estes produtores ao arrendamento e/ou venda de suas terras às usinas a que fornecem".

A superação dos entraves caracterizados na dificuldade de mão-de-obra para o corte, preço dos equipamentos de carregamento e

transporte, custo de manutenção das máquinas, custo operacional e administrativo da safra, baixo resultado econômico e planejamento regional da produção, seria realizada na visão de RODRIGUES(21) pelo tripé de sustentação do fornecedor de cana: as cooperativas de prestação de serviços, de crédito e de produtores, formando um forte complexo produtivo. Tal procedimento de centralização do capital permitiria o corte mecânico da cana em substituição ao cada vez mais oneroso corte manual, a renovação da frota formada de veículos velhos por causa do alto preço, a manutenção mais barata concentrando as ferramentas e máquinas pesadas na oficina da cooperativa, o consórcio das safras para feitura de aceiros, corte e transporte da cana que é impraticável isoladamente, a utilização das áreas de renovação de canais para produção de grãos cuidando também da armazenagem e industrialização e principalmente poderia ser feito um plano de todos os produtores criando um ritmo de trabalho contínuo do preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheitas reduzindo o deslocamento e otimizando a frota mecanizada promovendo ganho em escala. A opção apresentada aos fornecedores de cana é a utilização cooperativada dos meios de produção, como fruto do processo de acumulação que os obriga a centralizar seus capitais pois as economias de escala são fundamentais para a lucratividade das atividades. Numa estrutura que experimentou um grande desenvolvimento das forças produtivas, romper com o individual é condição para se permanecer no processo. Com a socialização crescente da produção, o cooperativo surge como uma necessidade do individual, as próprias regras do mercado e da centralização do capital forjam a cooperativização dos meios de produção.

A COTRIJUÍ, assim todo o complexo cooperativo da FECOTRIGO, as grandes cooperativas paranaenses, a COTIA, a COPLANA, a COPERCAN e as demais organizações dos fornecedores de cana, as HOLAMBRAS, a CONAI e a PAULISTA, com o conglomerado de cooperativas de leite, as cooperativas de algodão do Paraíba, todo o conjunto de grandes empresas que hoje formam a estrutura do cooperativismo agrícola brasileiro, são frutos da evolução capitalista centralizando o capital agrário, não objetivam portanto superar contradições do modo de produção dominante e sim contornar limitações estruturais à sua expansão, trata-se portanto de estratégia do desenvolvimento dependente. A reprodução, no movimento cooperativista, das

características inerentes à economia nacional tem como origem o fato de que sua sobrevivência e expansão só poderiam dar-se dentro de tais regras. Os objetivos precípuos das políticas governamentais eram utilizá-lo como instrumento de modernização dentro da abrangência definida na amplitude da política econômica capitalista, que reforçava a oligopolização da economia e portanto determinava a centralização do capital aplicado à agricultura. Ao engendrar um avanço e dar suporte ao processo de acumulação do capital, o cooperativismo está atendendo ao preceito de que "a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção e por conseguinte as relações de produção e com isso, todas as relações sociais"(13).

4. - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo perdeu sua origem doutrinária ao ser implantado como forma de centralização do capital, pode-se mesmo afirmar que a concretização das regras rochdaleanas não fizeram nem são parte do objetivo das cooperativas de produtores rurais no capitalismo dependente brasileiro. Surgida no contexto da expansão industrial na Inglaterra, em 1844, a Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale tinha como projeto resolver a grave situação de habitação e alimentação do operariado inglês tal qual pretendem os movimentos comunitários das grandes cidades do Brasil atual. As organizações cooperativistas do campo se investem de outro conteúdo, por isso contradizem os princípios imanentes da doutrina original, congregando empresários para viabilizar a acumulação de capital, sendo implementadas no bojo da política governamental como instrumento de modernização, fazendo evoluir as forças produtivas do modo a propiciar a realização do valor e com isso impulsionar a produção de mercadorias para a apropriação de maior volume de mais valia.

A característica fundamental da cooperativa agrícola é promover o aumento da produtividade do trabalho através do progresso tecnológico, tanto

na economia capitalista como socialista. No capitalismo a formação de grandes empresas através de conglomerados de cooperativas centrais permite ao capital agrário uma atuação eficiente numa economia que está em pleno processo de oligopolização. O associativismo que caracteriza os grupos de agricultores de algumas regiões é uma forma menos acabada de centralização do capital que o cooperativismo, este mais formal no sentido organizacional e por isso mais condizente com a exigência do capitalismo oligopolista, embora os fins sejam semelhantes e para o capital em geral ambas as corporações tenham o mesmo efeito. Medidas governamentais que tem sido patronas da evolução do cooperativismo e no quadro mais recente do associativismo de produtores, devem cada vez mais atuar com base no fortalecimento sócio-político e econômico do campo através da organização rural(27), e buscando fugir à atomização da produção, propiciar seu beneficiamento, transformação e distribuição a preços compatíveis com as exigências de rentabilidade.

Não se trata de ser melhor ou pior, mas duas opções se apresentam ao pequeno empresário do campo: ser expropriado pela concentração ou ser submetido ao desígnio conjunto da centralização; ambos os modos de tomar a face de capital oligopólico. Seus sonhos de grandeza podem ser magnificados na cooperativa como busca da forma de grande capital como um imperativo do modo de produção capitalista. A evolução do cooperativismo brasileiro deu-se dentro dos limites explícitos das políticas governamentais no sentido do desenvolvimento rural, compõem-se de grandes complexos cooperativos que, fundindo-se e incorporando-se formaram conglomerados de capital nacional, historicamente enquadrados dentro da lógica da oligopolização tanto que mesmo quando o número de unidades decrescia o número de cooperados crescia na década de 60.

A eficiência do capital centralizado submerge a autonomia do capital individual e da necessidade de ordenação nasce a burocracia no meio cooperativo como uma necessidade da produção, controlando a informação no processo característico da separação entre os homens do planejamento e da execução, pois nessa forma específica de cooperação do trabalho, dissocia-se o trabalho operacional do intelectual. Aí completa-se o quadro da grande empresa capitalista também para o cooperativismo, razão das lutas dos

cooperados sulinos para adquirirem um papel preponderante nas decisões sobre as suas organizações de modo a torná-las menos opacas aos seus anseios.

O conflito entre as capitais dos diversos setores é um aspecto do capitalismo. No Brasil o capital financeiro, através dos grandes bancos, conseguiu normas para as cooperativas de crédito junto ao Governo Federal que acorrentam esse tipo de cooperativismo. Os bancos podem captar depósitos a prazo a juros de mercado e prazo de 90 dias, as cooperativas só realizam num prazo de 6 meses e com juros máximos de 6% ao ano; além de não participarem do sistema tradicional de compensação, não podem receber tarifas públicas que geram receita permanente ao que se alia a proibição de abrir caixas avançadas nas cooperativas de produtores. Tais limitações do capital financeiro às cooperativas de crédito têm sido motivo de reivindicação persistente do movimento cooperativista e, se atendidas, darão um grande passo no avanço do nível de centralização do capital agrário, abrindo espaço para um considerável impulso do desenvolvimento capitalista no campo.

No capitalismo brasileiro, como fruto das próprias contradições inerentes ao mesmo, o cooperativismo tem as várias cooperativas com vários objetivos. A cooperativa de consumidores, de ação urbana, buscando minorar os problemas de abastecimento, tendo como premissa eliminar o lucro no próprio mercado como se o mesmo não fosse imprescindível ao processo de produção capitalista. Confrontam-se aí com os objetivos da cooperativa de produtores que ao contrário da de consumidores, procura maximizar o lucro dos empresários individuais que são seus cooperados. A produção e o consumo nesse contexto são antagônicos enquanto objetivos econômicos pois a maximização do lucro na venda é contraditória em relação ao preço menor da compra. Dentro das cooperativas de produtores se expressa uma contradição cada vez maior entre a ação individualista de compra em comum e a produção em comum, em função da exigência de escala característica de certas operações de uso de alguns equipamentos como maquinária. Cada vez mais, a superação do individualismo, a busca da universalidade da ação cooperativista de produtores, no espaço em que atua, é condição necessária para que ganhos de escala e de economicidade sejam incorporados à produção. A produção é fruto cada vez mais do trabalho social e cada vez menos do

trabalho individual, e essa lógica própria do capitalismo aflige constantemente organizações do tipo individualista de produção.

A eliminação da exploração do homem pelo homem do discurso rochdaleano também não é alcançada na cooperativa de produtores; os bóias-frias e os parceiros têm, por parte das cooperativas, o tratamento peculiar que lhes dá o capitalista em geral. As formas cooperativas de produção, socializando os meios de produção, passando do trabalho assalariado ao trabalho associado, embutem-se de aspectos menos contraditórios ao nível das relações da produção sendo por isso o "Kibutz" israelense, o "Ejido" mexicano, os modelos mais avançados dentro do capitalismo, apesar da pequena significação.(16) São reprodução do tipo de associação de trabalhadores da Inglaterra. Segundo MARX(12), "as fábricas dos próprios trabalhadores são dentro da antiga forma, a primeira ruptura da antiga forma embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte produzam e tenham que reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas a antítese entre o capital e o trabalho dentro das mesmas está abolida, ainda que inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Elas demonstram como, em certo nível de desenvolvimento das forças materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e forma naturalmente um modo de produção, um novo modo de produção...As empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas devem ser consideradas formas de transição do modo de produção capitalista ao modo associado, só que, num caso, a antítese é abolida negativamente e, no outro, positivamente".

LITERATURA CITADA

1. BORDA, O.F. El reformismo por dentro en America Latina. México, Sigloventiuno Editores, 1972.

2. CARMO, A.A. Histórico do cooperativismo. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Instituto de Cooperativismo e Associativismo, 1982. (mimeo)
3. CORADINI, Odacir L. Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais; o caso do trigo e soja. In: CORADINI, Odacir L. & FREDERICQ, Antoniette. Agricultura, cooperativas e multinacionais. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p.11-69
4. FRANTZ, T.R. Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola. Ijuí-RS, COTRIJUI/FIDENE, 1982.
5. GONÇALVES, José S. Estado, tecnologia e desenvolvimento na agricultura. Comunicação da Pesquisa Agropecuária, São Paulo, 3(6):1- 13 , nov./dez. 1985.
6. JOHANNEN, Uwe. Apresentação. In: A PROBLEMÁTICA cooperativista no desenvolvimento econômico. São Paulo, Fundação Friedrich Nauman/OCESP, 1974. p.7-13
7. JULIÃO, Francisco. Que são ligas camponesas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.
8. KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo, Nova Cultural, 1986. (Os Economistas)
9. LAUCHNER, R. A agroindústria cooperativa. In: MANUAL de cooperativismo. São Paulo, CNPq, 1984. v.4, p.82-90.
10. LIEBHARDT, M.E. O sistema cooperativo agrícola brasileiro: comercialização, integração vertical e crédito. Brasília, Ministério da Agricultura, CFP. 1982. (Coleção Análise e Pesquisa, 23)

11. LOUREIRO, Maria R.G. Cooperativismo e reprodução camponesa.
In: _____, org. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.
São Paulo, Cortez Ed., 1980. p.133-155.

12. MARX, Karl. O capital. São Paulo, Abril Cultural, 1984. v.1, t.2;
v.3, t.3. (Os Economistas)

13. _____ & ENGELS, F. O manifesto comunista. São Paulo, Ched
Editorial; 1980.

14. MULLER, Geraldo. COTRLJUI: tentativa de criação de um conglomerado de
capital nacional. In: LOUREIRO, Maria R.G., org. Cooperativas a
grícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez Ed., p.97-131.

15. NOVAES, José R.P. Cooperativismo: acumulação e mudança social. In:
LOUREIRO, Maria R.G. org. Cooperativas agrícolas e capitalismo no
Brasil. São Paulo, Cortez Ed., 1980. p.41-74

16. OLIVEIRA, T.C. de. O desenvolvimento das cooperativas de trabalho no
Brasil. São Paulo, Organização das Cooperativas Brasileiras, 1984.

17. PINHO, Diva B. A doutrina cooperativa e a problemática do desenvolvi
mento econômico. In: A PROBLEMÁTICA cooperativista no desenvolvi
mento econômico. São Paulo, Fundação Friedrich Nauman/OCESP. p.15-47

18. _____. Avaliação do cooperativismo brasileiro. 2.ed. Belo Horizon
te, Fundação de Desenvolvimento Cooperativista, 1980.

19. POPOV, V.I. La economia agropecuária de la URSS. Moscou, Editorial
Progreso, 1972.

20. RELATÓRIO DOS SERVIÇOS SOCIAIS, 1985. São Paulo, CAC-CC, 1986.

21. RODRIGUES, R. A integração de cooperativas de plantadores de cana : fundamentos e problemas. Jaboticabal, FCAVJ/COPLANA, 1982 (informativo, 6)
22. _____. Falência do sistema de financiamento deixa a agricultura à mingua - mesa redonda. Indicador Rural, São Paulo, 2a. quinzena de junho 1985.
23. SANTOS Fº, P.R. dos. Alguns aspectos da doutrina cooperativista e de organização de cooperativas. 2a.ed. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Departamento de Cooperativismo, 1981.
24. SCHNEIDER, João E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria R.G., org. Cooperativismo agrícola e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez Ed., 1980 p. 11-40.
25. SOUZA, A.O. Cooperativa e complexo agroindustrial canavieiro: estudo de uma cooperativa de plantadores de cana e sua atuação em região do Estado de São Paulo. Ribeirão Preto, Fac. de Filos. Cien. e Letras, 1978. mimeo. (Tese Mestrado)
26. SWEETZ, Paul M. Desenvolvimento do capital monopolizador. In: _____. Teoria do desenvolvimento capitalista. 4.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. p.284-300
27. VEIGA Fº Alceu de A. Preliminares sobre o planejamento da agricultura paulista para 1983/87 contido na proposta agricultura e abastecimento. Informações Econômicas, São Paulo, 16(10):21-29, out. 1986.
28. WANDERLEY, M. de N.B. O camponês: um trabalhador para o capital. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, 2(3), 1985.

RESUMO

Diferentes enfoques foram abordados nos vários aspectos atinentes ao cooperativismo que enquanto doutrina, se amolda ao modo de produção em que está inserido. Tanto no capitalismo como no socialismo é um instrumento de desenvolvimento engendrado na busca de modernização e aumento da produtividade do trabalho no campo. No capitalismo brasileiro, como em muitos países, o distanciamento entre o discurso pró-rochdaleano e a prática do movimento é evidente, não só por desvios como querem alguns mas porque concepções calcadas em princípios que não interfiram nas relações de produção, pretendendo reformá-los pelo consumo posterior à atividade produtiva, não sairão do universo idealista sem concluir o objetivo de transformação que se prega. Aí reside outro aspecto importante que deve ser levado em conta na análise, não se pode centrar a análise das cooperativas nas colocações ideológicas de grupos inseridos no cooperativismo e cuja utopia não se concretiza. Não se deve confundir o discurso com o real sentido do cooperativismo agrícola, de instrumento de política econômica, permitindo aos pequenos e médios produtores ganhos crescentes de produtividade do trabalho, sendo uma condição primordial para sua própria sobrevivência enquanto agricultores.

A cooperativização dos meios de produção com a cooperativização da maquinaria pesada, das oficinas de manutenção e das estruturas de transformação industrial e beneficiamento, na medida em que representa uma consequência de geração economias de escala, e com o progresso técnico isso é uma necessidade constante, levam à criação de superestruturas cooperativas como uma forma particular de centralização do capital. O fato de que a forma de exercício do poder do cooperado não é efetiva, na medida em que ele perder-se-ia no emaranhado de quadros e fluxogramas dos relatórios e planejamento dos projetos, isso tem a ver com a própria complexidade da economia e sociedade capitalista montada sobre a tecnologia. É uma consequência das forças produtivas e aperfeiçoamento dos esquemas de controle

social. Isso ocorre em todas as estruturas de representação, como cooperativas, sindicatos e nas eleições para o legislativo e executivo em todos os níveis. A aprovação de um projeto tem sempre um conjunto de palavras de ordem internas que trazem conteúdo implícitos de real importância e que não são objeto de discussão.

O cooperativismo como alternativa de desenvolvimento econômico que busque a integração e não a supressão dos agricultores pequenos e médios, mostra-se como instrumento eficaz de política com ganhos em bem-estar e produtividade para essa camada rural. Não se trata tão simplesmente de uma ação paternalista do Estado, mas da consecução dos desígnios da acumulação do capital, garantindo sua reprodução com crescente produtividade global do trabalho, e com isso do crescimento da massa de trabalho excedente apropriado em relação ao trabalho necessário.

**SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA**

Comissão Editorial:

Coordenador: Celuta Moreira Cesar Machado

Membros: Antonio Ambrósio Amaro

Arthur Antonio Ghilardi

Flavio Condé de Carvalho

José Luis Teixeira Marques Vieira

Maria Carlota Meloni Vicente

Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria

Centro Estadual da Agricultura
Av. Miguel Estéfano, 3900
04301 - São Paulo - SP

Caixa Postal, 8114
01000 - São Paulo - SP
Telefone: 276-9266



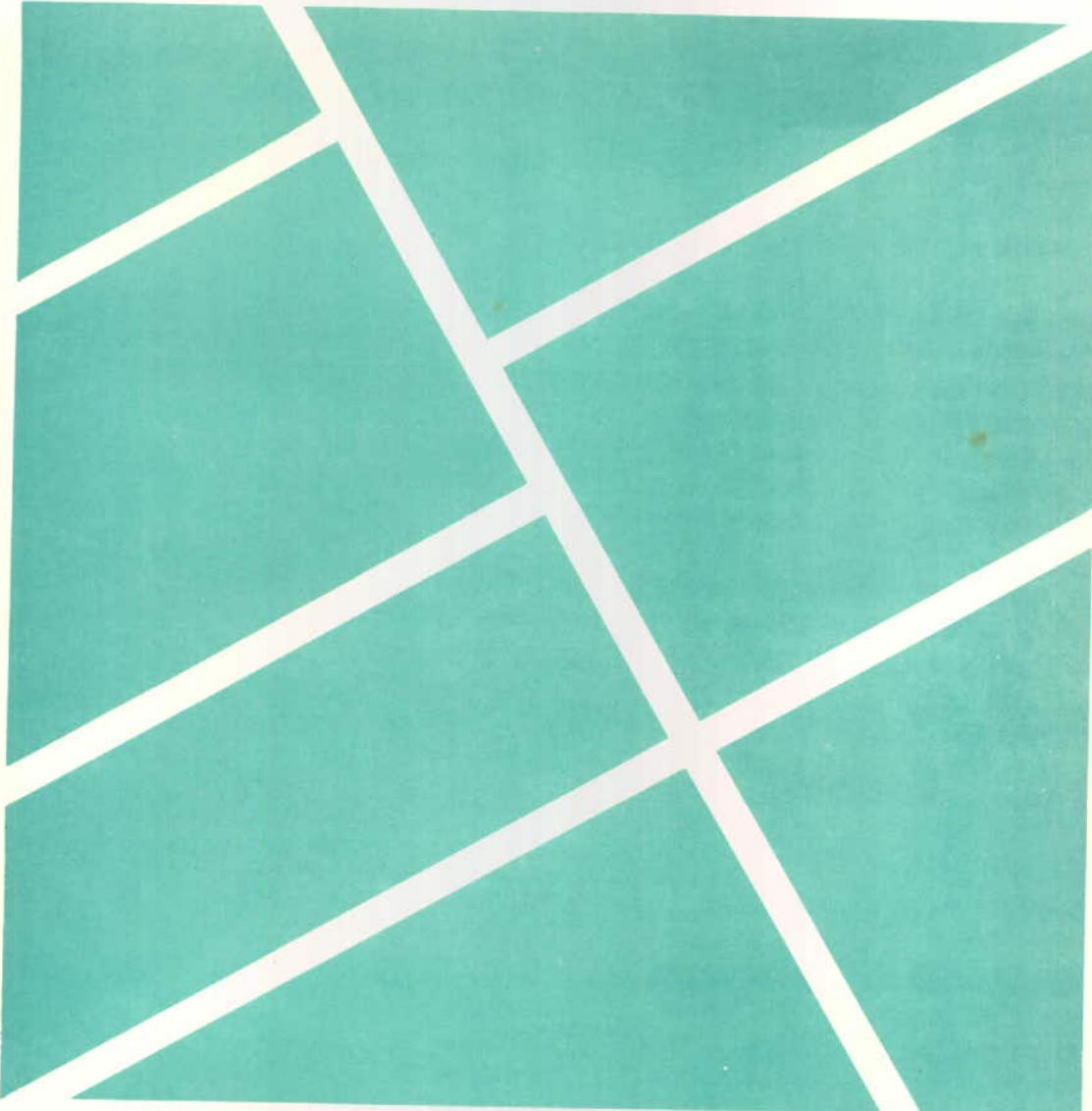
Impresso no Setor Gráfico do IEA
Av. Miguel Stefano, 3900 - 04301, São Paulo, SP



Relatório de Pesquisa
Nº08/87

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola



CAPITALISMO E COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA

José Sidnei Gonçalves

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0101-5109
Relatório de Pesquisa
08/87

CAPITALISMO E COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA

José Sidnei Gonçalves

São Paulo
1987

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO.....	1
2 - ALTERNATIVA OU INSTRUMENTO: COOPERATIVISMO ENTRE A DOCTRINA E A PRÁTICA.....	3
3 - GRANDES COOPERATIVAS E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DEPENDENTE	21
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
LITERATURA CITADA.....	42
RESUMO.....	46

CAPITALISMO E COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA

José Sidnei Gonçalves

1. - INTRODUÇÃO

As transformações sociais ocorridas no bojo do desenvolvimento capitalista, notadamente no período pós-guerra, provocaram alterações profundas na agricultura brasileira. A crescente socialização da produção de mercadorias, implantando a divisão social do trabalho inerente ao capitalismo, fez romper os limites economico-sociais entre o campo e a cidade. O produto agrícola traz incorporado no seu valor o trabalho realizado na indústria de insumos, no processo produtivo do campo, na transformação ou beneficiamento e distribuição. O mercado hoje abrange todo o universo, o campo não só vende à cidade, como também é mercado para inúmeros bens de fabricação industrial. A utilização em ritmo crescente de tecnologias mecânicas e químico-biológicas aumentando o rendimento cultural, multiplicou a produtividade do trabalho e com ela a quantidade de trabalho excedente em relação ao trabalho necessário(5).

O desenvolvimento capitalista está calcado na contínua adoção de tecnologias que elevem a produtividade do trabalho, implicando numa maior composição orgânica do capital. Para que isso ocorra o capital constante cresce progressivamente em relação ao capital variável e dentro do capital constante as construções e a maquinaria assumem um crescimento maior em relação ao restante composto de outras matérias-primas. As formas características desse processo são a concentração e a centralização do capital(26).

Na concentração do capital, o processo de acumulação do capital aumentando a escala de produção elimina

progressivamente um grande número de capitalistas menores impondo a formação de oligopólios dominados por um grupo reduzido de empresários. Apenas a concentração do capital já explicaria a maior escala de produção, mas assume importância na economia capitalista atuando no mesmo sentido, a centralização do capital, unindo capitais já existentes na busca de uma conjunção que permita uma atuação de oligopólio(26). A centralização do capital não elimina o capitalista individual, e sim submete-o ao capital centralizado. Duas formas básicas de centralização do capital são conhecidas: a sociedade anônima e a sociedade cooperativa. A sociedade anônima é mais difundida nos setores de serviços, principalmente os bancários, e indústria, setores mais dinâmicos da economia.

As cooperativas têm papel importante na centralização do capital aplicado à agricultura, permitindo ganhos de escala e utilizando um grande volume de insumos e tecnologias que implementam um crescimento da produtividade do trabalho no campo. Atuam internamente ao processo de acumulação capitalista e segundo sua lógica promovem o desenvolvimento das forças produtivas. O conhecimento do seu comportamento no contexto da expansão do capitalismo no campo é fator imprescindível para o entendimento desse processo, buscando conseguir visualizar os caminhos que se apresentam à agricultura do Centro-Sul brasileiro, que deve calcar cada vez mais na produtividade o aumento da oferta agrícola.

A análise do cooperativismo apresenta duas correntes básicas. A primeira reúne estudiosos que atuam defendendo a doutrina como forma de resolução das contradições do capitalismo, criticando os desvios da aplicação dos Princípios de Rochdale. Acreditam na possibilidade de consolidação da República Cooperativa implementando reformas que humanizem a exploração. Contrapondo-se às sociedades anônimas, as cooperativas sanariam os problemas crônicos iminentes de uma sociedade em conflito. Os membros da outra corrente atribuem à cooperativa o mesmo papel desempenhado pela sociedade anônima ou outra empresa capitalista. No campo, a cooperativa incorporaria o camponês à lógica do capital oligopolista, e não resolveria as contradições intrínsecas ao modo de produção, como o conflito de classes, reproduzindo-as dentro de sua organização. A análise que se segue objetiva cotejar o discurso rochdaleano com a sua prática, procurando mostrar que a

cooperativa propugnada como tal é um objetivo irrealizável no contexto da economia capitalista, e que a opção pela cooperativa não se dá pelo conteúdo dos princípios mas porque ela é uma alternativa importante de centralização do capital. A seguir, procura-se à mostrar esse papel da cooperativa analisando a performance dos principais conglomerados de cooperativas agrícolas brasileiras, que se configuram como instrumento de política agrícola para impulsionar o desenvolvimento capitalista dependente.

2. - ALTERNATIVA OU INSTRUMENTO: COOPERATIVISMO ENTRE A DOCTRINA E A PRÁTICA

O movimento cooperativista, originário de Rochdale na Inglaterra, em 1844, implantou-se em diferentes tipos de economia, de cultura e de agrupamento humano como um conceito universal no ensejo de que a atitude de cooperação responde às necessidades do homem. De tradição humanista, o capitalista cooperativo se apresenta com o discurso de que busca fugir à exploração embora a realize. A Doutrina Cooperativa se coloca ao nível da superestrutura fazendo crer que as contradições não são intrínsecas ao modo de produção, mas dos homens que não utilizando o humanismo cooperativo não as superam, basta portanto mudar o homem não o sistema.

A Doutrina Cooperativista surgiu em meio à economia de livre concorrência, quando da implantação da atual estrutura econômica capitalista. Grupos de empresários enriqueciam com a indústria nascente utilizando a maquinaria que elevava a produtividade do trabalho, enquanto que os operários recebiam baixos salários e enfrentavam uma situação de miséria. A pobreza em que estava mergulhada a mão-de-obra criou tensões sociais graves que geravam teorias e movimentos que procuravam enfrentar as contradições.

MARX(12) mostra o grande desenvolvimento do capitalismo inglês no período de 1846 a 1866, em que a Inglaterra era a principal potência capitalista. O acréscimo de lucros tributáveis, no intervalo 1853/1864, foi

de 50,47% (4,58% ao ano) para uma população que cresceu 12% no mesmo período. As rendas tributáveis da terra aumentaram 38% entre 1853 e 1864, mesmo sem as grandes parcelas escamoteadas em cada ano. As estradas de ferro perfaziam 8.054 milhas em 1854, em 1864 eram 12.789 milhas. Em 1855 foram produzidas 61.453 mil toneladas de carvão que passaram para 92.788 mil toneladas em 1864. A produção de ferro passou de 3.218 mil toneladas em 1855 para 4.768 mil toneladas em 1864 (12). As estatísticas mostram a significativa performance da economia inglesa no período de surgimento do cooperativismo, a indústria que se tornara o setor mais dinâmico determinava alterações profundas na sociedade. Esse crescimento industrial foi acompanhado da centralização e concentração do capital.

Ao mesmo tempo que mostrava o grande desenvolvimento da economia inglesa, MARX(12) coloca à vista o empobrecimento do operariado, com o aumento considerável do custo dos bens necessários à sua sobrevivência como a carne, leite, manteiga, açúcar, sal e carvão. O número de indigentes que já era igual a 851.309 pessoas em 1855 atingiu o total de 1.160.562 pessoas em 1866 em toda Inglaterra. A produção algodoeira era realizada por trabalhadores com elevado grau de desnutrição. O problema habitacional tornara-se crônico com a aglomeração de uma massa cada vez maior de operários no mesmo espaço nos bairros periféricos, com aluguéis exorbitantes. Enquanto isso, a camada favorecida esbanjava, consumindo mais que o necessário. O Dr. James Hunter resumia a situação da sociedade inglesa na época de implantação do cooperativismo com os dizeres: "Não é demais dizer que a vida em certas partes de Londres e New Castle é infernal".

Nessa gravidade social, uma sociedade que vivia sob grande influência da cristandade, procurava alternativas para minimizar os problemas. Ganharam destaque dentre as formas de amenização de miséria aquelas de roupagem humanista com conteúdo cristão que era resquício do domínio clerical feudal, cujos reflexos ainda eram sentidos. A ebulição social estremecia setores dominantes importantes e passou-se a procurar na ajuda mútua e formas comunitárias, soluções para a situação. Houve a presença ativa da igreja; o protestantismo e o catolicismo da Europa Ocidental incluíram as cooperativas nos seus programas pastorais(17). As ações contudo não propugnavam a mudança no quadro geral da economia,

enfrentando a expropriação da mais valia, buscavam resolver os problemas de abastecimento com a criação de cooperativas de consumo inspiradas na experiência dos Pioneiros de Rochdale.

Os objetivos dos tecelões de Rochdale, formadores da cooperativa pioneira na Inglaterra, podem ser resumidos em: "1) Formação de um capital para emancipação do proletariado mediante economias realizadas com a compra em comum de gêneros alimentícios; 2) Construção de casas para obter alojamento a preço de custo; 3) Criação de estabelecimentos agrícolas e industriais para produzir, mais barato e diretamente, bens necessários à classe operária e, ao mesmo tempo assegurar trabalho aos desempregados ou mal remunerados; 4) Educação e luta contra o alcoolismo; 5) Cooperação integral, com a criação gradativa de núcleos de comunidade-pilotos de produção e distribuição, que serão multiplicados através da propaganda e do exemplo"(17).

O projeto original objetivava melhorar as condições aflitivas trazendo benefícios pecuniários e melhores condições de vida aos seus membros. Num primeiro momento buscava abrir um armazém para abastecer os seus associados, o que era urgentemente necessário, além da construção de casas de baixo custo na forma comunitária. A organização do proletariado e da massa de desempregados para concretizar formas de convivência e sobrevivência pelo abastecimento social sob a égide de grupos de compra e associação de consumidores para adquirir gêneros de primeira necessidade, são frequentes nas grandes cidades brasileiras atualmente.

Problemas estruturais de abastecimento e habitação popular estão ligados intrinsecamente, ao processo de acumulação capitalista onde o trabalho necessário diminui intensamente em relação ao trabalho excedente, e uma parcela cada vez maior da massa de trabalho total não é destinada ao trabalhador na forma de salários. No Brasil, onde o desenvolvimento das forças produtivas foi acompanhado de achatamento salarial, o poder aquisitivo da classe trabalhadora impede-a de participar da sociedade de consumo formada, a que têm acesso um contingente pequeno da população. Proliferam então formas comunitárias de busca de uma estrutura de organização que leve à melhoria das condições de habitação e abastecimento.

As atividades empreendidas representam uma necessidade imediata e indispensável da classe trabalhadora, mas não significam conscientização nem politização, pelo simples fato de existir um agrupamento. Ocorre que esses movimentos sociais adquirem uma forma política só na prática consequente que leve à conscientização e engajamento de seus membros na luta por conquistas sociais mais amplas. A estrutura da organização não busca nem significa mudança por si própria, se continuarem seus membros restritos à sua prática rotineira de prestação de serviços. A participação desse tipo de organização na distribuição global dos alimentos consumidos é percentualmente insignificante. O programa de leite fluído da Secretaria de Agricultura, através de comunidades organizadas, atinge em 1986, o total de 25.000 litros por dia na cidade de São Paulo, quando seriam necessários 1 milhão de litros por dia para um programa significativo. No entanto, este exemplo, como outros, é propagandeado como modelo, quando é mero instrumento para esconder a ineficácia do "humanismo" social burguês para resolver os problemas estruturais ao nível da distribuição de renda.

Surgem, em meio à crise, propostas de produção de alimentos em associações comunitárias. Uma limitação dessas ações é que elas só são viáveis em condições específicas, em locais onde a presença de matéria-prima e um contexto comunitário peculiar permitem a produção conjunta. Tal são as hortas comunitárias aproveitando o espaço embaixo dos linhões da Eletropaulo e outros terrenos na capital paulista produzindo hortícolas. Esse associativismo de bairro, ao propiciar, fora da jornada de trabalho, a produção complementar para ajudar o orçamento da família, consegue amenizar para um número limitado de pessoas o problema da alimentação. A produção atomizada leva a custos maiores que a produção comercial de alimentos e a ação fica restrita aos produtos hortícolas, pois os cereais e a produção animal exigem maiores áreas. A oferta global é insignificante pois as áreas disponíveis numa metrópole são pequenas, ao que se junta o fato de que a ida e volta do serviço mais a jornada de trabalho consomem praticamente todo o dia, sendo impossível exigir do trabalhador um tempo adicional de trabalho. Por essa razão tais experiências são localizadas e parciais e não interferem na dinâmica global da sociedade capitalista. São ações de auto-abastecimento que tem importância para o pequeno grupo de pessoas que

delas participam, buscando completar o trabalho necessário à sua reprodução que não receberam na forma de salários. Nesse sentido, barateiam o custo de reprodução da força de trabalho auxiliando a acumulação do capital.

As ações associativas de consumidores que são inúmeras na periferia das grandes cidades brasileiras, sendo compostas de reduzido contingente de pessoas, não têm como sobrepujar a força do capitalismo oligopolista, principalmente na compra em comum, pois o mercado de gêneros de primeira necessidade é dominado por grandes atacadistas que controlam os preços funcionando como grandes oligopsônios no campo e oligopólios na CFAGESP e outros pontos de comércio como a Bolsa de Cereais em São Paulo. As cooperativas de consumo que operam nesse mercado estão à mercê dos atacadistas, incluindo no meio deles as grandes cooperativas de produção agrícola que comercializam as produções de seus associados. Por outro lado, não há como substituir o mercado nos programas oficiais. Além disso, as cooperativas de consumo enfrentam uma concorrência cada vez maior com a oligopolização do mercado varejista, com a implantação e crescimento dos supermercados que obtêm ganhos de escala. As organizações notadamente ligadas as grandes empresas, cujo número de operários permite a formação de um quadro associativo grande como a COOPERHODIA, firmam-se no mercado em função do volume de compras possibilitar ganhos de escala compatíveis com os conseguidos pelos supermercados, pois podem aliar volume de compras, eficiência na distribuição, racionalidade administrativa e o fato de não visar lucro; com isso barateando o produto consumido pelo operário. A Rodhia no caso, ganha duas vezes, na eficiência do seu quadro de operários e na reprodução mais barata da força de trabalho, pois o preço menor da subsistência passa a ser uma "vantagem" do seu funcionário, por isso apóia e incentiva o empreendimento. O modelo de cooperativa de consumo de Rochdale tem nesse exemplo a completa negação do seu papel reformador, pois a atuação dos cooperados, sob intensa propaganda dos princípios doutrinários, em vez de molestar reforça a ação do oligopólio na expropriação do sobretrabalho.

As formas associativas do campo são as mais diversas, cada uma seguindo o caminho ditado pela realidade na qual está inserida. As grandes cooperativas estão situadas nas regiões colonizadas por imigrantes, de tradição cooperativista, formando no Centro-Sul do Brasil uma estrutura de

cooperação forte e complexa, já nas áreas camponesas no Nordeste, a solidariedade dá-se num nível de complexidade estrutural em geral muito mais simples. Enquanto a cooperativa de trigo e soja se concretiza como soerguimento econômico do agricultor sulino dentro da estrutura vigente, no caso nordestino a submissão e opressão e as demais condições impostas forjam movimentos de conteúdo político expresso na exigência de transformações sociais. JULIÃO(7), historiando a formação das Ligas Camponesas de Pernambuco em 1955, mostra a cooperação e ajuda mútua transbordando para uma visão política mais ampla. O objetivo da Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco era fundar uma escola primária e construir caixões de madeira para enterrar o elevado número de crianças que faleciam de subnutrição. A ampliação do conteúdo inicial levou as Ligas Camponesas a se configurarem como instrumento de luta para transformar a realidade na qual atuaram, rompendo os limites impostos pelo sistema capitalista para convivência com a organização; disso decorreu o confronto e a supressão das mesmas. As cooperativas ao contrário fazem do pequeno agricultor um participante da acumulação de capital enquanto empresário capitalista. WANDERLEY(28) coloca o cooperativismo como estratégia do pequeno produtor, sendo um dos mecanismos que viabiliza políticas que superam a debilidade produtiva em função da produtividade baixa e atomização da produção, transferindo o sobretabalho realizado no campo para os setores dominantes da acumulação capitalista.

Dadas as especificidades sociais de cada grupo da agricultura, se instalam diferentes tipos de movimentos atuando no mesmo contexto. Na Fazenda Pirituba no município de Itaberá-SP estão a Cooperativa Agropecuária Sul Paulista(COPASUL) e as Associações de Assentados. Para um fim idêntico dois agrupamentos humanos constituíram tipos distintos de cooperação. A COPASUL tem como participantes imigrantes holandeses além de outros agricultores, de nível social, econômico e cultural elevado para o rural brasileiro, utilizam tecnologia avançada à qual dominam perfeitamente, como a rotação de culturas, manejo de solo, adubação verde, plantio direto, sementes selecionadas além de um planejamento que racionaliza o processo produtivo com culturas complementares. Para isso acessam técnicas desenvolvidas nas instituições da pesquisa, testando os resultados.

Construíram amplo aparato de armazenagem e beneficiamento, para a compra e venda em comum. Obtêm um elevado nível de produtividade: no feijão a média da cooperativa é 1.500 kg/ha, bastante maior que o rendimento estadual de 700 kg/ha. As Associações de Assentados, da qual participam ex-bóias frias contemplados com o Programa de Reforma Agrária do Governo Estadual no período 83/87, todos de origem humilde, baixo nível de instrução, com apoio governamental trabalhando a terra na forma comunitária, comprando máquinas e insumos em conjunto e recebendo assistência técnica, também produziram 1.500kg/ha de feijão.

A diferença das estruturas das organizações está diretamente ligada à realidade em que se encontra cada grupo. Aos imigrantes, de tradição cooperativista, é compatível uma forma organizacional mais complexa superando as exigências legais para constituí-la, levando à centralização do capital, num estágio mais consolidado. Os assentados por outro lado, compensando a debilidade econômica com conteúdo comunitário, solidariedade e desprendimento, características do caipira dos grupos rurais, incorporam-se juntos e completamente na execução do projeto conduzido por técnicos governamentais. Os ex-bóias frias atuam com a posse conjunta dos meios de produção, adquirindo insumos e implementos em escala, comprando um parque moderno de tratores e colhedoras, com o processo produtivo planejado e executado coletivamente pelas famílias, possibilitando agricultar grandes glebas, a venda conjunta da produção eliminando atravessadores, executando habitações e obras de saneamento e infraestrutura em mutirão. Todas essas características conjugadas do caboclo do interior paulista dão conteúdo diferente à organização, pois esses predicados foram reforçados na luta pela conquista da terra criando raízes profundas no grupo. Da ótica do capital em geral, da sua exigência, tanto o associativismo com a cooperativismo, são formas de centralização do capital que levam ao desenvolvimento das forças produtivas, mas se cooperativa não é a única maneira de cooperação existente na agricultura brasileira, é sem dúvida a mais importante, pelo modo como foi historicamente engendrada.

Na produção agrícola, diferenciando-se do modelo rochdaleano, a cooperativa tem tomado outra forma: enquanto que no consumo a ação conjunta é de operários desprovidos dos meios de produção, na agricultura atuam

pequenos, médios e mesmo grandes empresários agrícolas que possuem os meios de produção. Como capitalistas, visam maximizar individualmente seus lucros, e a cooperativa é um meio para consegui-lo. Não só o despreendimento do lucro é negado, a cooperativa agrícola nega a definição de empresa cooperativa segundo a qual seu fim imediato é prestar serviços sem fins lucrativos e diferindo da empresa capitalista que não busca a satisfação das necessidades do usuário mas lucro sobre o capital investido(17). A cooperativa de produtores agrícolas é uma forma inacabada de centralização de capitais; mesmo a terra sendo propriedade privada de cada associado e não estando todo seu capital colocado na cooperativa, é através dela que adquire máquinas, tecnologia, insumos, busca eficiência econômica na produção, logo a cooperativa organiza os capitais individuais centralizando-os para reproduzi-los. Entretanto, o texto da Lei Federal nº 5764 de 1971, que trata das cooperativas, no seu artigo 3º e 4º define a cooperativa como "sociedade de pessoas... que reciprocamente contribuem com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum... para prestar serviços aos associados... sem o objetivo de lucro"(23). Qualquer que seja a atividade de produção, o lucro é uma decorrência de realizá-la sob a égide do capitalismo, não buscá-lo seria excluir-se do processo para o empresário capitalista, por menor que seja o capital que tenha acumulado. Ainda assim, a diferenciação jurídica que existe entre a sociedade cooperativa e sociedade comercial é realçada pelos rochdaleanos como fato real (quadro 1).

QUADRO 1. - Comparação Entre Sociedade Cooperativa e Sociedade Comercial

Sociedade Cooperativa	Sociedade Comercial
1. É uma sociedade de pessoas	1. É uma sociedade de capital
2. Objetivo principal é a prestação de serviços	2. Objetivo principal é o lucro
3. Número ilimitado de associados	3. Número limitado de acionistas
4. Controle democrático: um homem um voto	4. Cada ação de um voto
5. Assembleia: quorum baseado no número de associados	5. Assembleia: quorum baseado no capital
6. Não é permitida a transferência das quotas partes a terceiros <u>e</u> tranhos à sociedade	6. Permitida a transferência de ações a terceiros
7. Retorno proporcional ao valor das operações	7. Dividendo proporcional ao <u>va</u> lor das ações

Fonte: SANTOS FILHO (23)

As características atribuídas à empresa comercial e à empresa cooperativa mostram bem a superficialidade da divisão. A sociedade comercial seria formada de capitais e a sociedade cooperativa de pessoas físicas, mas sendo o capital do poder de capitalistas assim como as quotas partes, o controle é realizado por empresários capitalistas que se uniram como forma de aumentar a acumulação de capital apropriando parcela maior de trabalho excedente. Mesmo essa separação jurídica é controversa, pois a COPERSUCAR, a poderosa cooperativa de usineiros paulistas, e a COPERFLU, de usineiros fluminenses, são associações de pessoas jurídicas e representam oligopólios com o controle de parte substancial do açúcar e álcool brasileiro. Tanto a cooperativa como a sociedade comercial visam lucro quando atuam na produção.

As cooperativas agropecuárias têm papel importante na acumulação de capital, realizando várias funções. A comercialização da safra exige classificação e padronização do produto, o que é factível em grande escala de operação. A armazenagem depende de economia de escala, e o custo, para cada agricultor, de uma armazém cooperativo é menor que de uma armazém individual principalmente os custos de operação, que em pequena escala encarecem a unidade do produto⁽¹⁰⁾. As grandes cooperativas têm estruturas complexas de armazenagem, manipulando grandes quantidades de produção. Ao consolidar sua infraestrutura de armazéns, a cooperativa tem condições de participar das políticas governamentais de garantia de preços e de comercialização como o EGF, permitindo vantagens econômicas aos seus cooperados. A classificação e padronização da produção permite o atendimento de várias camadas de consumidores de exigências variadas. A COOPERCOTIA classifica e padroniza a grande quantidade de hortigranjeiros de seus cooperados e domina parcela importante desse mercado na capital paulista onde atua ao nível do atacado. A participação no mercado e os preços auferidos permitem aos cooperados do Conglomerado COTIA ganhos que certamente seriam irrealizáveis individualmente no mercado metropolitano do porte de São Paulo, tanto pelas exigências dos consumidores como pela estrutura de distribuição. Sem a sua cooperativa estes produtores estariam à mercê dos intermediários como ainda se sujeitam grande número deles.

Para um grande volume de bens não comercializados "in natura", como

o leite além de outros produtos, a integração cooperativa anterior à industrialização é insuficiente para que se altere a posição relativa do agricultor no mercado. Dois motivos básicos explicam a insuficiência da integração até antes da industrialização: o grau de concentração nos estágios anteriores à industrialização é menor, além disso a possibilidade de diferenciação de produto é pequena, ao industrializar sua produção na forma cooperativa os agricultores tem acesso a um dos setores mais dinâmicos do mercado(10). A Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo, a PAULISTA, participa de uma parcela importante do mercado da capital paulista, pasteurizando e embalando o leite e distribuindo diretamente ao comércio varejista. De toda produção leiteira paulista, 27% veio de cooperativas de produtores de leite em 1983, e a marca Paulista da Cooperativa Central, por se tratar de produto diferenciado pela qualidade do processamento, é das mais procuradas. Além disso a Cooperativa Central participa ativamente do mercado de derivados. Sendo produto perecível, o leite dificilmente teria o mercado ocupado por produtores rurais se não sob a forma cooperativa, esta garante parcela do mercado e centralizando a distribuição possui um forte meio de pressão junto ao governo na negociação de preços. Os lucros individuais dos cooperados são viabilizados através da cooperativa pois, sem ela, os grandes laticínios submeteriam o produtor, que, disperso, não teria como fugir à dominação do capital industrial. O pecuarista centralizando o capital na cooperativa passa a ter condições de auferir as taxas médias de lucro compatíveis com a sua condição de empresário capitalista.

A cooperativa garante a participação do produtor no mercado de produtos transformados, pois a agroindústria exige desse mesmo agricultor uma performance técnica mais apurada, com melhoria nos padrões de rendimento cultural e qualidade da matéria-prima, sendo fator de organização e engendramento do desenvolvimento. Produzindo sem tecnologia adequada, o produtor tem menor produtividade encarecendo o produto final além de depreciar a sua mercadoria por obtê-la heterogênea. Uma tecnologia fundamental no processo de industrialização é a escolha da variedade e a utilização de sementes selecionadas. A variedade com melhores características de matéria-prima promove um maior rendimento industrial e a homogeneidade do produto conseguido com sementes selecionadas permite ganhos

significativos na indústria. Além disso, a padronização da tecnologia homogeneiza a produção, permitindo uso correto dos recursos naturais segundo suas características além de propiciar o planejamento da safra para uma melhor depreciação do capital fixo da maquinaria e edificações da usina. A cooperativa funciona portanto como organizadora da produção com vistas à industrialização; sendo portanto a centralização do capital dos produtores agrícolas na cooperativa a forma viável de realizarem tal empreendimento que só é factível isoladamente para o grande capital acumulado pela concentração do capital, submetendo a agricultura à indústria, impedindo que os ganhos industriais sejam apropriados pelos agricultores.

A lucratividade da agricultura está associada ao nível de participação na renda industrial, a agroindústria é fator chave do desenvolvimento do setor primário, definindo a própria evolução agrícola, se a opção de modernização não tiver garantia do poder de decisão sobre os destinos do complexo rural, com o controle da produção de insumos, processo produtivo, transformação e distribuição, não só a agricultura estará submetida mas a possibilidade de desnacionalização é grande. A agroindústria cooperativa de dimensões empresariais grandes, mesmo sendo composta de várias unidades processadoras menores, o que viabiliza sua localização próximo à produção diminuindo perdas, permite que o produtor tenha domínio sobre o processo e assim transformar-se num vendedor de produtos elaborados. A centralização do capital dos agricultores pode criar a agroindústria nacional através da cooperativa e fazer com que a acumulação se dê com capital hegemônico nacional. Assim "a agroindústria cooperativa garante a participação do agricultor em toda renda gerada pelo complexo rural"(9).

A formação de grandes conglomerados cooperativos é um fator indelével num setor industrial altamente oligopolizado como o da indústria de alimentos no Brasil. As cooperativas buscam competitividade ao integrar-se verticalmente pois cooperativas isoladas dificilmente teriam ou obteriam os recursos necessários para implantar suas unidades. Isso cria a necessidade de uma centralização maior do capital exigindo a formação de centrais e federações de cooperativas para operar num ramo industrial. As grandes corporações operam com marcas unificadas e obtêm economias de escala nessa operação. Somente a integração horizontal de cooperativas que operam

com as mesmas culturas permite obter os recursos necessários a projetos industriais de grande envergadura e com isso tornarem-se aptas a concorrer com as grandes empresas(10). Nesse processo, o cooperado paulatinamente vai perdendo seu controle sobre a organização, assim como o operário especializado é alienado em relação à mercadoria na medida em que ela é cada vez mais produto social. O cooperado não mais identifica seu produto que passa a ser então produto da cooperativa, produtos de todos. O cooperado não é mais aquele proprietário rural isolado, para auferir economias de escala é necessário a adoção de medidas de planejamento regional, compra conjunta de máquinas e equipamentos e industrialização cooperativa, diluindo o poder de decisão do cooperado que agora se submete ao grupo. A ampla complexidade que representa a administração dos complexos agroindustriais submete na sua lógica todo o capital individual participante. Dessa maneira, a centralização do capital através da cooperativa promove o fenômeno característico do capitalismo, a socialização da produção.

As cooperativas de crédito, vinculadas às cooperativas de produtores agrícolas, têm aumentado bastante em importância e desempenho. Isso porque no capitalismo oligopólico um aspecto fundamental no processo de desenvolvimento agrícola está na capitalização do setor, ou seja de onde vem o capital para o crédito rural, com a finalidade de suprir os recursos para investimento e custeio da safra. A política de crédito rural acompanha o dinamismo da economia atendendo o grande capital, não sendo permitido ao pequeno capital isoladamente captar recursos necessários ao seu empreendimento. A centralização do capital em cooperativas de crédito dá essas condições ao pequeno capitalista. Para o capital financeiro há redução do risco de inadimplência, menor tempo da operação aumentando a produtividade do trabalho bancário com o aumento do tamanho médio dos empréstimos. A cooperativa descentraliza o crédito rural e associa-o à assistência técnica e fornecimento de insumos, tornando-o instrumento eficaz para o progresso tecnológico do setor agrícola.

A criação de grandes sistemas de crédito rural cooperativo no qual já existem 100 cooperativas é a nova face do cooperativismo agrícola brasileiro. A complementaridade de safras geraria o volume de recursos que centralizados num sistema unificado seria reuplicado na agricultura. A

partir de sistemas estaduais de cooperativas de crédito, atrelados nacionalmente a um órgão central que poderia ser o Banco Nacional de Crédito(BNCC), as cooperativas buscam montar uma grande estrutura financeira que garantiria recursos não inflacionários para a agricultura(22).Além dos recursos oriundos do setor, os recursos governamentais para agricultura seriam canalizados pelo sistema cooperativo de crédito. No Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, o crescimento das cooperativas de crédito associadas às cooperativas de produtores agrícolas está ocorrendo com grande rapidez, sendo que o sistema gaúcho está praticamene consolidado numa organização financeira de razoável porte. A centralização do capital também nesse caso promove ganhos que isoladamente não seriam acessíveis ao pequeno capitalista.A formação de um grande conglomerado de cooperativas de crédito é a nova face do fortalecimento do capital agrário, formando junto com as cooperativas de produção um invejável estrutura econômica.

O cooperativismo transforma-se paulatinamente em grandes corporações econômicas cuja força já coloca cooperativas entre as principais empresas do Brasil. As grandes organizações de cooperativas agrícolas são geridas segundo modernas técnicas organizacionais. A complexidade das mesmas e a busca da eficiência fazem tornar tênues, para não dizer inexistentes, as alusões aos Princípios de Rochdale. Na verdade, o moderno capitalista cooperativo encara sua organização como uma forma de realizar seu objetivo de reprodução do capital; quanto aos Princípios de Rochdale ele os ignora.No contexto do empreendimento, a questão fundamental rochdaleana de reunião de pessoas com fins humanitários faz parte somente da retórica. As cooperativas, tanto de consumidores como de produtores, têm na escala de operação seu objetivo principal, sem o que não teriam como cumprir seus desígnios; para isso modernizam constantemente seus aparatos administrativos. As cooperativas de consumo têm uma importância pequena no contexto brasileiro,do ponto de vista econômico,por outro lado as cooperativas de produtores agrícolas formaram invejáveis estruturas,realçando-se no contexto econômico como forma de centralização do capital agrário;ao que as cooperativas de crédito associadas às de produção vêm dar suporte importante para a consolidação.

Apresentando as finalidades da Doutrina Cooperativista e cotejando com as das cooperativas dos países de economia de mercado e economia socialista, PINHO(17) aponta as "distorções" do cooperativismo sob essas condições (quadro 2). Contudo, continua a insistir na capacidade do cooperativismo de corrigir as distorções do mercado e do capitalismo, desconsiderando as lucrativas cooperativas onde o alcance dos objetivos doutrinários não se mostra significativo. Por outro lado a autora critica o atrelamento ao Estado das cooperativas no socialismo, embora estas tenham materializado conquistas mais amplas que o alcance das transformações propugnadas pelas regras rochdaleanas, eliminando a concorrência, o salarido e o lucro e conseguindo o justo preço, como expressão do trabalho incorporado na produção das mercadorias.

QUADRO 2. - Modificações na Finalidade da Doutrina Cooperativa

Doutrina Cooperativa	Economia de Mercado	Economia Socialista
- corrigir e modificar o meio econômico-social, pacífica e gradativamente, com base nas cooperativas de consumo (Hegemonia do Consumidor). O consumidor deve ser tudo	- corrigir as distorções de mercado e do capitalismo	- efetuar a transição o capitalismo e socialismo, pela criação de mentalidade coletivista(porque coloca em comum os instrumentos de produção cria o sentimento de nós)
- prestar serviços - busca eliminar a concorrência, o salarido, o lucro, obter o justo preço e obter a República Cooperativista.	- prestar serviços - não consegue eliminar a concorrência, o salarido, o lucro, obter o justo preço e realizar a República Cooperativista	- prestar serviços - consegue eliminar a concorrência, o salarido e o lucro, mas não consegue obter o justo preço e a República Cooperativista.

Fonte: PINHO (17).

A questão fundamental que se coloca é que as cooperativas não são incentivadas pelos órgãos governamentais tendo em vista a construção de uma sociedade com base nos Princípios Doutrinários. As grandes cooperativas brasileiras nasceram e prosperaram sobre a égide de políticas estimuladoras

como o caso do trigo. O cooperativismo é uma estratégia de desenvolvimento capitalista no campo. JOHANNEN(6) coloca que no nível de subdesenvolvimento latinoamericano, onde uma grande população de pequenos agricultores está submetida a um processo no qual isoladamente são susceptíveis de serem fagocitados na concentração do capital, a cooperativa é um instrumento importante. A exigência de eficiência própria da agricultura moderna não é compatível com um grande número de produtores isolados, sem estrutura produtiva e de comercialização e com tecnologias que levam a um baixo rendimento cultural. Confrontando um processo de racionalização da produção agrícola, beneficiamento e comercialização em nível capaz de suprir as exigências do mercado criado por uma população urbanizada, os pequenos produtores não teriam outra forma de preencher estas condições. Nesse sentido, as políticas governamentais têm no cooperativismo uma forma de criar tais condições através de organizações dinâmicas, bem estruturadas, integradas em conjuntos complexos, o que permitirá o uso de novas tecnologias tanto em sistema de produção agrícola como de administração e transformação do produto, "alcançando, assim, estágios de economia de escala também para estas unidades produtoras de economia primária, geralmente de difícil penetração para inovações. As cooperativas conceituadas como verdadeiros polos de desenvolvimento sócio-econômico, incentivadas e promovidas com este objetivo principal, sem dúvida oferecem a médio e longo prazo condições reais para transformação da agricultura, com vistas a constituir base sólida de agroindústrias altamente produtivas e competitivas tanto no mercado interno como externo".

BORDA(1) analisa o cooperativismo do Equador, Colômbia e Venezuela, onde as cooperativas são organizadas por órgãos oficiais como alternativa para as áreas marginais em função dos "altos e bons" propósitos da doutrina. Elas seriam necessárias para a melhoria do nível econômico, a revolução política, um maior nível de serviço, eliminar a usura, o lucro e a exploração, levando o homem a modificar-se estimulando novas atitudes que irão resultar numa ordem social mais justa. A formulação dos objetivos reais propugnados está camuflada no cooperativismo, que funciona como escape à crescente mobilização camponesa, preservando a estrutura capitalista de

produção, conseguindo um certo grau de mudança social. As cooperativas têm seu comportamento pautado pela política governamental, distinguindo produtos e setores, e essa política não se dá no vazio, antes disso é condição de sustentação do poder das fortes oligarquias rurais. A adoção de tecnologia moderna, como uso de fertilizantes, de máquinas e sementes melhoradas, implementando a produtividade do trabalho, não confronta e sim reforça o capitalismo dependente.

A dicotomia entre o cooperativismo e a parcela pobre de produtores rurais está associada às razões fundamentais da sua implantação. Como instrumento de política, está estritamente ligado à acumulação de capital: utilizando mais insumos abre espaço para uma demanda maior de valor de uso, com isso a massa de trabalho excedente cresce não só relativamente ao trabalho necessário mas também em volume absoluto. A cooperativa cumpre assim seu papel histórico no desenvolvimento capitalista, não sendo outra a explicação para a sua expansão em grandes corporações em setores privilegiados da economia. Como organização de complexidade crescente tem impacto na realidade cultural do produtor marginal da agricultura, ele dentro da sua realidade de produção para subsistência tem suas formas de ajuda mútua, com raízes específicas ao seu universo e não assimilam completamente as cooperativas, entendendo-as como negócio, como entes exógenos à sua convivência.

Organizar a agricultura, centralizando o capital esse é o objetivo principal das políticas implementadas. Constituindo-se numa incrementadora de progresso tecnológico do campo, a cooperativa é utilizada para instrumentalizar o desenvolvimento capitalista, consolidando-se como alternativa à superação das limitações estruturais. A manutenção da propriedade da terra individualizada é conseguida no cooperativismo que contorna essa limitação, permitindo ao capital incorporar o espaço produtivo do campo sem a expropriação do pequeno agricultor, a partir de agora empresário capitalista que com capital centralizado na organização engendra a acumulação de capital dentro da lógica geral do modo de produção. A cooperativa atacará a necessidade de levar os pequenos agricultores a juntar esforços procurando criar uma estrutura produtiva capaz de competir e de ser compatível com o desenvolvimento global da economia e com isso não

sucumbirem com o avanço do capitalismo . Nesse contexto, para esse conjunto específico de trabalhadores do campo, a cooperativa é a forma de sobrevivência. É fundamental que se tenha em conta que o avanço do capital dá-se independentemente de quais meios vá utilizar, e para isso conta inclusive com o respaldo da demanda urbana cada vez mais exigente para submeter o campo aos seus desígnios. Aos produtores rurais modernizar não é uma escolha mas um imperativo do desenvolvimento das forças produtivas.

Na formação da moderna agricultura européia ocidental, isso é mostrado por KAUTSKY (8) que, analisando as cooperativas agrícolas alemãs no início deste século, período em que o avanço capitalista alemão era vigoroso, comprova a importância dessas organizações e o crescimento experimentado pelas mesmas, realçando suas influências benéficas na redução da intermediação e com isso barateando os preços dos insumos, na proteção contra a falsificação e permitindo a utilização de tecnologias como adubos, sementes e máquinas. Na Saxônia praticamente todos os arados a vapor eram propriedade cooperativa, sem o que os pequenos agricultores não teriam acesso a essa tecnologia. Ressalta o autor, entretanto, que não deve se superestimar o sistema cooperativista, argumentando que o mesmo não se configura como transição para o socialismo na sociedade capitalista, "no entanto, as cooperativas se configuram como instrumento vigoroso do desenvolvimento econômico e para a transição do pequeno para o grande estabelecimento. É por essa razão que se deve preferí-las ao invés do meio capitalista propriamente dito de promoção desse desenvolvimento: a expropriação da pequena propriedade. Não podemos evitar que este último método de desenvolvimento se configure na sociedade atual mas não há razão nenhuma para apoiá-lo. Com referência à cooperativa, nada impede, no entanto, que o façamos sem maiores restrições".

Na Europa, entretanto, a utilização da forma cooperativa de exploração agropecuária não deu-se apenas como instrumento de modernização da produção capitalista. Na construção do socialismo na Rússia as cooperativas foram utilizadas desde os primeiros tempos da Revolução Bolchevique no início do século. Com os meios de produção rurais sob a posse dos latifundiários, uma estrutura produtiva deficiente, grande escassez de cereais, víveres e matérias-primas, era necessário utilizar uma forma de

organização que eliminasse o fracionamento das fazendas camponesas e obter-se um nível de produtividade do trabalho superior ao baixo rendimento vigente na agricultura. A Nova Política Econômica (NEP), tendo em vista que individualmente em pequenas áreas era impossível empregar maquinaria e tecnologia, nem se poderia incrementar a produtividade do trabalho aumentando a oferta agrícola, implementa as cooperativas como uma forma de desenvolver as forças produtivas e construir o socialismo. Com os meios de produção em poder do Estado, organizando a população rural em cooperativas teriam o imprescindível e suficiente para edificar a sociedade socialista(19).

POPOV(19) estudando o desenvolvimento da agropecuária russa após a Revolução Bolchevique, mostra a determinação com que o Poder Soviético dinamizou a formação de cooperativas. As organizações soviéticas eram, no geral, do tipo de cooperativas integrais, operando na compra de insumos e na venda e transformação da produção de seus cooperados, para o que tinham apoio do Banco Central Agrícola. Nos primeiros anos da revolução não havia tratores na agricultura; em 1928 já existiam 27 mil, dadas as condições vantajosas para aquisição de máquinas oferecidas pelo Estado através de créditos especiais para aquisição de tratores, arados, semeadeiras, colhedadeiras e trilhadeiras. Buscava-se resolver com essa ação contradições latentes da sociedade soviética, elevando a produtividade do trabalho e melhorando o nível de vida no campo. As cooperativas socialistas, como as capitalistas, foram utilizadas como instrumento de desenvolvimento das forças produtivas, assumindo cada uma delas, em seu caso específico, as características determinadas pelo modo de produção dominante.

Os Princípios de Rochdale não têm sido a razão da implementação de cooperativas, tanto no socialismo como no capitalismo. No capitalismo, o capital centralizado na cooperativa contribui para aumento da escala de produção fazendo crescer o trabalho excedente em relação ao trabalho necessário e esse sobretabalho é apropriado pelo cooperado. Nesse sentido o associado da cooperativa toma feição de empresário capitalista negando as propostas reformistas rochdaleanas. O capital ao centralizar-se dessa maneira cumpre seu desígnio histórico sem expropriar o pequeno e médio agricultor como o faria na concentração do capital. A cooperativa agrícola

capitalista organiza a propriedade privada dos meios de produção, a socialista a propriedade coletiva dos meios de produção, em ambos os casos submete-se à lógica dominante contribuindo para o avanço da produção de mercadorias.

3. - GRANDES COOPERATIVAS E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DEPENDENTE

As cooperativas amoldam-se aos modos de produção onde estão inseridas; por isso na América Latina elas se constituem das características peculiares ao desenvolvimento capitalista dependente. As políticas governamentais do pós-guerra tinham como objetivo a industrialização, assim as multinacionais passaram a instalar unidades no continente latino-americano. Dentro da nova estratégia do capitalismo a nível mundial, buscava-se submeter as economias pelo processo endógeno; isto é, implantando-se em setores vitais no seio da atividade produtiva de cada país. O setor agrícola foi incorporado nesse contexto, pois passou a ser essencial para o sucesso do modelo proposto a conquista do espaço produtivo do campo como mercado de bens industriais. As raízes da indústria e sistema financeiro brasileiros remontam ao início deste século, estruturadas em função do café. No entanto, após a crise de 1929 e principalmente após a 2ª Guerra Mundial, esses setores adquiriram notável dinamismo e expandiram suas atuações.

A urbanização criou a exigência de novos padrões de vários itens de consumo e propiciou o crescimento da demanda de outros até então com importância pequena, fatos que aliados à indústria de transformação, definiram um novo perfil para a atividade produtiva rural. A agricultura foi premiada a impulsionar o progresso tecnológico, pois a maior produtividade do trabalho era uma condição imposta pelo processo, compatibilizando o setor com a lógica do grande capital. Para adequar a produção agrícola à essa dinâmica era essencial eliminar a atomização, daí o fortalecimento do cooperativismo de produtores rurais centralizando o capital agrário. Com as

cooperativas abriu-se um mercado de bens industriais no campo, adequando-o as condições necessárias à modernização do parque produtivo da pequena e média propriedade, sem expropriá-los como se daria como decorrência da concentração do capital através do latifúndio.

Ressalte-se que a grande propriedade não só modernizou-se como cresceu, sendo privilegiada por um grande leque de medidas governamentais como o crédito subsidiado. A concentração da terra é um fato evidente na agricultura brasileira, contudo não elimina a importância da formação das grandes cooperativas, pelo contrário, estas vêm como complemento da concentração do capital na evolução do modo da produção capitalista.

A complexidade da agricultura aumentou com o progresso tecnológico, fruto da incorporação de um amplo número de variáveis à administração rural em função do nível de eficiência exigido. Assim, o processo foi seletivo para um número ponderável de produtores e mesmo a cooperativa exerceu esse papel, exigindo a expropriação desses proprietários. Forjou-se organizações submetidas às normas da racionalidade capitalista assumindo uma estrutura incompatível com a população rural mais pobre a exigir associações mais simples para solucionar seus problemas mais prementes. O cooperativismo, como estratégia do capital, implantou-se para viabilizar a produção capitalista melhorando a posição relativa dos empresários capitalistas que participam do empreendimento; não como instrumento de acabar com a miséria rural de agricultores que sem capital não tinham o que centralizar.

A expansão do cooperativismo no Brasil deu-se a partir da crise de 1929, de sérios reflexos na economia nacional, agravada pelas características sociais do Estado Novo, exigindo alternativas para sua superação. "Isto explicaria o cooperativismo como instrumento de intervenção do governo, permitindo um dirigismo econômico sem conflitos com o espírito democrático", como argumenta CARMO(2), a despeito da estrutura ditatorial do regime getulista. A industrialização acompanhada da urbanização levava à dificuldades de abastecimento que enfrentava o desafio de um mercado em expansão sem estrutura varejista e expunha os operários à escassez, principalmente de alimentação e habitação; o governo procurava então amenizar a pressão social com organizações de consumidores. Essas

cooperativas de consumidores de inspiração rochdaleana, dinâmicas e numerosas em razão dos incentivos fiscais, sucumbiram quando os mesmos foram retirados a partir da década de 60 e tiveram que concorrer no mercado. Muitas delas fecharam, subsistindo as mais fortes e bem estruturadas dentro da racionalidade econômica vigente(18). Houve uma inversão na política cooperativista governamental, na medida que a modernização da agricultura foi posta em marcha, os amparos estatais passaram a contemplar as cooperativas de produtores em vez das de consumidores.

Tal ocorrência coloca bem à mostra o caráter de instrumento do cooperativismo, enquanto deixava de lado as cooperativas de consumidores quando a urbanização se dava com grande intensidade, o Estado sendo articulador do processo de acumulação capitalista, engendrou o fortalecimento de cooperativas de produtores rurais no ensejo de empreender uma política de modernização no campo. Esse processo teve ainda a utilização de instrumentos como o crédito rural subsidiado, políticas de preços para produtos específicos e tais medidas ao serem tomadas visavam concretizar a concepção de boa sociedade da parcela hegemônica dentro da burguesia que se instalou no poder em 1964, impulsionando a internacionalização da economia brasileira. A tecnocracia burguesa optou por modernizar o campo e durante mais de duas décadas implementou uma ação que utilizando fatores de produção modernos, aumentasse a produção de mercadorias, empreendendo um avanço sem precedentes da acumulação de capital. As cooperativas agropecuárias foram incorporadas e expandiram num contexto onde o progresso técnico era a opção de realização de um volume maior de mais valia.

A evolução histórica do número de cooperativas agrícolas brasileiras reflete o nível da centralização do capital agrário (quadro 3). No período 1940/60 houve um aumento significativo, de 530 unidades passaram a existir 1739 cooperativas correspondendo à fase do reassentamento do espaço rural assolado pela crise cafeeira e que se estruturava com novas culturas. No período 1960/70 com a entrada em cenário dos grandes oligopólios é início da fase mais avançada do processo de modernização o número de cooperativas agropecuárias diminuiu drasticamente atingindo 1.160 unidades. As fusões e incorporações foram a tônica do movimento cooperativista, agrupando-se para atuar fortalecido no processo de

acumulação. No período 1970/80, o número de cooperativas expandiu atingindo 1480 organizações; sendo que a formação de grandes corporações de cooperativas centrais e federações caracterizou o cooperativismo nesses anos. Do comportamento histórico refletido nesses dados, infere-se que a centralização do capital que norteia as associações de várias pessoas em torno de uma entidade com fins econômicos, também ocorre entre as empresas na busca de competitividade, racionalizando as atividades, reduzindo custos, absorvendo tecnologias, gerando economias de escala.

QUADRO 3. - Número de Cooperativas Agropecuárias Brasileiras, 1940/80

Região	1940	1950	1960	1970	1980
Sudeste/Sul	402	835	1.188	830	982
Nordeste	118	296	453	248	408
Norte/Centro-Oeste	10	60	98	82	90
Brasil	530	1.191	1.739	1.160	1.480

Fonte: PINHO(18)

A evolução do número de associados vem corroborar a tese de centralização do capital na junção de cooperativas, pois os dados não apresentam a descontinuidade do período 1960/70 que a quantidade de cooperativas experimentou; com isso o número de cooperados cresceu em todo o período 1940/80(quadro 4). Dessas informações pode-se inferir a distribuição regional dos cooperados. A região Sudeste/Sul, onde se localiza a agricultura mais desenvolvida em base empresarial, tem um número imensamente superior de pessoas cooperadas, estando isto estritamente relacionado com a participação do Sudeste/Sul na formação do valor da produção agrícola brasileira. É importante diagnosticar essa correspondência para a efetividade do cooperativismo como instrumento de desenvolvimento. Na medida em que a distribuição espacial dos associados das cooperativas apresenta-se coincidente com a distribuição nacional da geração de valor da produção, está sendo proporcional à estreita vinculação que mantém com o desenvolvimento capitalista.

QUADRO 4. - Número de Associados das Cooperativas Agropecuárias, Brasileiras
1940/80

Região	1940	1950	1960	1970	1980
Sudetes/Sul	44.703	118.060	304.210	605.607	1.282.903
Nordeste	1.805	25.247	98.843	130.200	386.729
Norte/Centro-Oeste	382	1.835	8.433	23.326	48.513
Brasil	46.890	145.142	406.486	759.133	1.718.145

Fonte: PINHO(18)

Num universo onde a composição orgânica do capital se eleva junto com a área média de lavouras, a estrutura agrária dentro do cooperativismo mostra a posse da terra concentrada, refletindo os níveis da agricultura como um todo (quadro 6). A grande maioria dos cooperados(71,2%) é de pequenos agricultores com área de terra até 50 hectares, no entanto eles juntos apropriam 18,2% da área dos cooperados. No outro extremo, os propriedades acima de 500 hectares, que sendo 2,5% dos cooperados detêm 28% da terra. Se por um lado isso reflete que a concentração da terra é reproduzida no seio do movimento cooperativista, por outro mostra como a imensa população de minifundiários participa do processo de acumulação através da cooperativa. Acrescente-se o fato de que a agricultura não se reduz ao processo produtivo no campo, pois se o agricultor ficar confinado apenas à sua lavoura, sua autonomia perante a economia agrícola como um todo é quase nula. A transformação e padronização de produtos bem como a participação na exportação exigem nível organizacional e de escala bastante maiores. Por essa razão, áreas individuais até 1.000 hectares não produzem, para a maioria das culturas, volume suficiente para, isoladamente, atuar no contexto de um mercado oligopolizado sendo raras as empresas rurais com tal dimensão comercial. A centralização do capital agrário em centrais cooperativas é opção tanto para os de menor tamanho de área quanto para os médios e grandes proprietários, pois somente dessa forma assumiriam a característica de grande capital.

QUADRO 5. - Estrutura Agrária dos Cooperados Agrícolas, Brasil, 1984

Estrato	Número de Cooperados(%)	Área Total (%)
Menos de 10 ha	29,0	1,8
10 a menos de 50 ha	42,3	16,4
50 a menos de 100 ha	16,6	16,2
100 a menos de 500 ha	9,6	37,6
500. ha ou mais	2,5	28,0

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Procurando atender esse grande número de pequenos produtores, as cooperativas montaram estruturas de assistência técnica. O progresso tecnológico é um imperativo para a economicidade de todo o complexo, a produção cooperativada deve estar atenta ao aumento da produtividade do trabalho agrícola e industrial, não só incorporando insumos no campo mas promovendo modificações no processo produtivo de modo a garantir a melhoria da qualidade da matéria-prima que permita um maior rendimento industrial. Essa necessidade levou à formação dos departamentos técnicos (quadro 6) e ao estreitamento das relações com as unidades governamentais de pesquisa a nível estadual e nacional. A estrutura cooperativa de assistência à agropecuária é mais evoluída no Sul do Brasil onde estão mais da metade dos técnicos. Para pequenos agricultores ela só pode ser realizada através da organização na medida em que é muito onerosa e inacessível para os mesmos isoladamente. A cooperativa nesse processo se incumba de outra ação importante, promove o planejamento geral da produção dos associados, dando ganhos ao conjunto pela interfase de vários fatores que permitem ganhos em escala, como a manutenção de maquinaria e produção de sementes, além de compra de insumos e compatibilização de safras em função do transporte para a agroindústria, distribuição e armazenamento.

QUADRO 6. - Número de Profissionais de Assistência Técnica das Cooperativas Brasil, 1984

Região	Nível Superior	Nível Médio	Total
Norte	28	36	64
Nordeste	354	1.671	2.025
Sudeste	811	1.525	2.336
Sul	1.772	6.179	7.951
Centro-Oeste	192	1.069	1.261
Brasil	3.157	10.480	13.637

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

A pesquisa agropecuária governamental ao atuar com as cooperativas aumenta sua capacidade operacional. Várias formas de organizações rurais interagem com a pesquisa o que conduz a um estreitamento de relações que promovem a vinculação dos interesses e os objetivos dos estudos que crivados pela necessidade explícita do setor são redirecionados para a solução das limitações técnicas mais sérias do processo produtivo. Com isso, assumindo seu papel enquanto capital oligopolizado, a cooperativa passa a dar suporte ao desenvolvimento de tecnologias. Dentre muitos casos pode-se citar em São Paulo as Cooperativas de Triticultores do Vale do Paranapanema e de Cafeicultores da Alta Paulista, as quais através de convênios investem nos programas de trigo e café, passando a atuar com a retaguarda da estrutura da Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária do Governo do Estado, com resultados de amplo alcance como o lançamento de novos cultivares de trigo adequados aos cooperados com resistência a ferrugem do colmo e da folha e a enxertia hipocotiledonar que resolve o problema de nematóide em café. A FECOTRIGO, a COTIA E COPERSUCAR possuem redes próprias de experimentação agrícola adaptando ou desenvolvendo tecnologias para seus associados.

Apenas aparelhando-se para progresso tecnológico as cooperativas podem atuar com os produtos mais rentáveis. A participação da produção dos cooperados dá-se nas culturas mais estimuladas em função do modelo econômico (quadro 7). A produção tritícola cooperativa representa quase a totalidade nacional (95,71%) sendo que as cooperativas do Rio Grande do Sul cresceram e

se fortaleceram em função dessa cultura, protegidas por uma política governamental de preços que diminuiu consideravelmente os riscos. A soja bastante cultivada em rotação com o trigo, também é um importante produto cooperativo(49,8%) com participação maior nas produções locais das cooperativas gaúchas e paulistas e menor no Brasil Central. Outro produto de preço administrado que tem relevante presença dos cooperados é o leite(45,6%), atendendo a demanda crescente com a urbanização que exige a padronização e beneficiamento industrial. Em termos nacionais, tem ainda destaque o algodão(31,4%) notadamente no Paraná e São Paulo, o arroz(15,3%) com destaque para o Rio Grande do Sul, a uva(22,7%) e cevada(36,8%). Além dos citados, as cooperativas, segundo PINHO(18), têm grande importância na produção do açúcar em São Paulo(85% da safra do Estado), do chá paulista (90% da produção estadual), da lã de ovinos no Rio Grande do Sul(90% da produção gaúcha), ao que se soma 98% das frutas e legumes e 50% do pescado de São Paulo. A lista de mercadorias apresentada demonstra a vinculação da produção cooperativista à lógica da acumulação do capital e às vicissitudes do processo de urbanização.

QUADRO 7. - Participação Cooperativa na Produção Agrícola Regional e do Brasil, 1984

Produto	Norte	Nordeste	Sudêste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Alg. caroço	1,97	11,67	31,61	60,09	20,61	31,43
Arroz casca	-	1,00	1,93	31,70	6,32	15,30
Cacau	2,60	18,42	-	-	-	16,72
Café	-	1,41	28,96	40,32	-	28,70
Cevada	-	-	-	36,84	-	36,84
Feijão	-	-	-	19,46	-	7,00
Leite in natura	-	32,82	50,66	52,17	20,59	45,62
Milho	-	-	6,81	15,67	5,55	10,88
Soja	-	-	56,94	65,38	8,15	49,86
Trigo	-	-	91,65	97,31	2,06	95,71
Uva	-	-	2,47	27,82	-	22,70

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Tanto ao nível geral como regionalmente o cooperativismo produz aqueles produtos mais importantes na economia local e também é evidente a maior participação da produção cooperativa nas regiões de maior valor da produção. O percentual da produção cooperada no Norte é baixa. No Nordeste é significativa para o leite (32,8%) vindo a seguir o cacau e o algodão, no Sudeste e Sul contempla os principais produtos em índices representativos dentro da maior força regional na produção nacional, pois no Sudeste/Sul concentra-se a geração de porcentagem expressiva do PIB agrícola. No Centro-Oeste a participação cooperativa é pequena, ficando restrita ao leite e algodão. Em outras palavras a estrutura cooperativista está diretamente relacionada com os desequilíbrios regionais e com as características estruturais do desenvolvimento capitalista dependente (24). Participar da agropecuária nas regiões dinâmicas é fazê-lo com tecnologia moderna, crescente produtividade e cultivando os principais produtos; isso é o que realizam as cooperativas agrícolas.

A reprodução das características do capitalismo dependente nas cooperativas constitui um imperativo ao seu fortalecimento, permitindo que os objetivos propostos sigam os ditames de sua inserção num quadro específico de política econômica que encaminha a construção de uma estrutura social sob a ótica burguesa de desenvolvimento. A composição orgânica eleva-se com o capital constante crescendo em relação ao capital variável; a medida que isso ocorre também o capital desloca-se progressivamente das mãos do associado para a cooperativa; as oficinas de manutenção, o capital alocado na organização de crédito, os depósitos e os armazéns passam a ter determinação de todo o quadro associativo. A pressão para esse "despreendimento" para uma população onde as raízes da propriedade privada são fortes é a presença do grande capital. Mesmo que a relação que mantenham com a terra seja a renda fundiária, pois toda a exploração é dada em função do empreendimento cooperativo, logo com racionalidade de oligopólio que quer diminuir os custos das mercadorias, com todas essas injunções o pequeno proprietário defende a propriedade privada com unhas e dentes.

Fazendo-se empresário capitalista com seus sonhos de acumulação magnificados no negócio cooperativo de porte, o complexo cooperativo é a materialização da expansão do minifazendeiro, espelho de sua vontade; esse

processo só pode se dar na presença e sob contingência do capital oligopólico. Ao implementar a integração horizontal e vertical centralizando o capital, ao submeter o espaço produtivo rural à racionalização técnica, a cooperativa central reveste-se da lógica do capital agrário driblando a renda fundiária. Por tal razão ela só é necessária onde o capitalismo oligopolista se faz pronto para engendrar sua dinâmica característica, e é por não estarem nesse meio ou sob esses desígnios diretos que "grande parte das chamadas cooperativas de baixa renda, devido a condicionantes políticos e/ou problemas estruturais graves, atuam mais como organizações para resolver problemas conjunturais localizados do que propriamente instrumento de modernização e desenvolvimento da agricultura"(10).

A verdadeira face do cooperativismo brasileiro tem nas cooperativas tritícolas gaúchas sua forma atual característica. Um grande conglomerado de capital nacional é como MULLER(14) apresenta a COTRIJUI. A produção de trigo deixou de ser a única preocupação dessa grande cooperativa sul-riograndense, que busca a diversificação de suas atividades com base em relações comunitárias, na propriedade da terra e algum patrimônio. A atuação como conglomerado, desenvolvendo múltiplas atividades faz da COTRIJUI uma forma diferente de relação do grande capital com os minifundiários, não atrelando-os ao capital comercial, industrial, financeiro ou mesmo ao grande proprietário rural. A modernização da triticultura gaúcha gerou a COTRIJUI intermediando o monopólio da compra representando pelo Banco do Brasil e os produtores e enfrentando os oligopólios internacionais que atuam na moagem do trigo. A COTRIJUI e outras cooperativas centralizaram suas ações na FECOTRIGO, para esta ser interlocutora privilegiada junto ao governo, além de realizar pesquisa agrônômica, comercialização, produção de sementes selecionadas, armazenamento, difusão de tecnologia e busca de superação da monocultura do trigo. A COTRIJUI é orgânica à produção na medida em que as produções individuais não podem ser analisadas à revelia da cooperativa, pois a lógica que impera para cada associado está intrinsecamente vinculada à determinação imanente da organização para o todo.

Através do progresso tecnológico a cooperativa busca a solução para os problemas da produção agrícola no enfrentamento do avanço do capitalismo, desenvolvendo as forças produtivas, o que implica no

crescimento da produtividade do trabalho no campo no seu particular e na economia num todo. Isso é fundamental para grande maioria dos pequenos produtores que enfrentam a limitação de capital para participar do processo de acumulação sendo passíveis de serem fagocitados pela concentração da terra. Como MULLER(14) coloca, " a tentativa que a COTRIJUI realiza consiste na expansão das atividades econômicas de um corpo de associados marcados por profunda assimetria econômica e social num contexto crescentemente delineado pela atuação de oligopólios industriais e comerciais; num contexto desta natureza, caso queira sobreviver e realizar algum avanço, não há como não se transformar também numa forma de capital monopolico".

FRANTZ(4) história a consolidação da COTRIJUI. Na medida em que as iniciativas iam forjando o complexo cooperativo, paulativamente eram extintas ou incorporadas as cooperativas mistas existentes, o trigo e soja bem como sua organização adentraram no espaço produtivo respaldados por uma grande quantidade de benefícios sob a égide do Governo Federal. O cooperativismo isolado não interessava ao capital mas explicitamente a cooperativa de trigo: o instrumento de expansão da cultura e de execução da política proposta. A seleção econômica com base na assimilação da eficiência empresarial característica da agricultura moderna, sob métodos avançados de administração, foi implementada pela cooperativa, restando no campo empresas que enquanto familiares possuem alto grau de intensificação de capital." Com a modernização e a especialização da produção, muitos desapareceram proletarizando-se ou migrando para fora da região; outros capitalizaram integrando-se profundamente no complexo agro-industrial com auxílio do sistema financeiro do qual dependem cada vez para poder continuar produzindo".

A rentabilidade do binômio trigo e soja num processo de capitalização crescente promoveu uma adaptação da área média das propriedades à escala que maximize o lucro, eliminando propriedades maiores e menores. CORADINI(3) coloca que "não obstante o considerável avanço do capitalismo e a consequente integração de boa parte da produção agrícola do Rio Grande do Sul, as alterações estruturais que esse processo provoca não podem ser consideradas profundas... os dados mostram que a expansão da agricultura empresarial, nessas condições históricas, não resulta na

formação de grandes estabelecimentos". A COTRIJUI, formulada no ensejo da política nacional para o trigo, caracterizando-se como instrumento de política no sentido de implementar o desenvolvimento no campo, superando, nesse contexto, as limitações estruturais calcadas na posse da terra, na medida em que os proprietários individuais não se incorporariam isoladamente ao processo. A cooperativa, colocada como estrutura de centralização do capital individual de seus associados, representa não só uma forma de garantir-lhes a rentabilidade pelos ganhos de escala na compra e venda, como propicia o acesso a insumos modernos articuladamente não só para buscar preços mais vantajosos, maior produtividade, mas principalmente para viabilizar o rendimento máximo desses insumos em termos de mais produto por unidade.

Na produção de hortigranjeiros, um outro conglomerado de cooperativas toma proporções enormes, praticamente controlando a comercialização de vários desses produtos na Grande São Paulo. Trata-se da Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central (CAC-CC) atuando num mercado criado pela urbanização, exigente de novos padrões e de novos produtos. A CAC-CC congregava, em 1985, o número de 13.441 cooperados e era constituída de 10 regionais associadas, com 200 pontos operacionais espalhados por 14 estados da federação. A estrutura era composta de 85 postos de atendimento regionais, 26 entrepostos e centros de abastecimento, 2 abatedouros, 8 supermercados, 8 lojas de insumos, 1 armazém padronizador de maçã, 16 moinhos e misturagem de rações, 10 granjas e incubações, 10 armazéns padronizadores de ovos, 3 armazéns padronizadores de batata, 6 usinas de algodão, chá e rami, 6 unidades beneficiadoras de sementes, 11 estações experimentais, 21 silos e armazéns recebedores e 17 máquinas de café(20). É invejável o patrimônio do complexo Cotia, que no ano de 1985 cresceu 5% em termos reais.

A racionalidade de grande capital é praticada pela CAC-CC, com a organização controlando as unidades industriais, a pesquisa, a comunicação, os mercados de fatores e de produtos, buscando a interação racional entre os mesmos. Como está caracterizado no relatório da CAC-CC a agricultura exhibe grandes riscos tanto climáticos como de ordem econômica por isso "a situação exige eficiência, no trabalho, na técnica, no corte das despesas, em tudo.

Exige produtividade, o máximo de rendimento por unidade que se gaste, terra, insumos, trabalho, recursos financeiros"(20).

Participando da exportação e da comercialização interna de vários produtos, a CAC-CC cultivava dos seus cooperados o total de 387.305ha em 1985, número que era 5% menor que o ano anterior, sendo que o volume físico da produção havia crescido 31,6% em relação àquele ano. Preocupada com a expansão, a CAC-CC desenvolve Programas de Assentamentos Dirigidos em novas localidades abrangendo 1.000 cooperados; passou a atuar no Nordeste e no oeste da Bahia, no qual os associados já possuíam em 1984, o volume de 500 mil hectares para os quais a cooperativa montava um grande programa em Barreiros-BA, ocupando os "gerais". Através de 200 projetos de pesquisa em suas estações experimentais a CAC-CC testa tecnologias que são de início repassadas para os produtores de maior competência e experiência para comprovação em campo e a seguir consolidados em sistema de produção são difundidos para os demais cooperados. O suporte é dado através de interação com a Universidade, a EMBRAPA, a Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária(CPA), através do Instituto Agrônomo e Instituto Biológico e outros órgãos. Todo esse complexo é gerenciado por modelo organizacional informatizado onde é agilizada a tomada de decisões através de simulações, exercícios e projeções estatísticas em torno da problemática operacional(20).

A CAC-CC organiza a produção de seus cooperados, permitindo aos mesmos participar do mercado de hortigranjeiros, eliminando sua submissão ao capitalista que se ocupa da intermediação. Na faixa de produtores não participantes de cooperativas a submissão a esses agentes de comercialização dá-se em níveis mais desvantajosos para os pequenos proprietários. Bastante conhecidas são as barracas que exploram os produtores de tomate do Alto Vale do Ribeira subordinando-os de tal forma através de empréstimos durante o processo produtivo que comprometem-no totalmente frente seu financiador, sendo que na entrega da safra auferem pouco mais que o necessário para sua sobrevivência, os tomaticultores, são como trabalhadores a domicílio perante as barracas. A comercialização dos hortigranjeiros no Entrepasto de São Paulo da CEAGESP e CEASAs regionais tem vários produtos controlados por um grupo pequeno e forte de atacadistas. A COTIA e a garantia da presença de

seus associados introduzindo-se no contexto desses oligopsonios no campo e atuando como um oligopólio de frutas, legumes, ovos e frangos a nível do comércio atacadista. Essa não é a única atividade da CAC-CC, no entanto é como ela é mais conhecida, um grande conglomerado produtor de hortigranjeiros.

Nesse quadro não se deve estudar o associado independente da cooperativa, sua produção deve ser colocada no contexto na medida em que a CAC-CC, como toda organização no capitalismo provoca a alienação do produtor em relação ao seu produto. A fruta ou legume que se encontra na feira não é proveniente de um cooperado em especial é mercadoria com padrão de qualidade Cotia. Ao participar da CAC-CC, como cotista normalmente igual aos demais, o empresário agrícola se submete aos desígnios do capital centralizado, logo o processo de cooperativização é essencialmente subordinador, da mesma forma que qualquer cidadão terá sua atuação determinada pelo grupo social onde se insere: o sindicato operário ou associação. Por outro lado, fatores sócio-culturais da tradição japonesa estão bastante arraizados e dão uma característica peculiar à relação organização-cooperado na CAC-CC.

A análise de LOUREIRO(11) se está correta na tese de que a cooperativa é uma forma de subordinar os pequenos proprietários ao capital, perde a relação com a causa ao não incluir no contexto que o capital que o subordina nada mais é que capital integralizado pelo próprio pequeno proprietário, ele aí é capitalista se si mesmo, isto é, participa como sócio-capitalista de um empreendimento que submete sua produção à administração determinada por padrões organizacionais e de eficiência próprias do grande capital. Como a entrada e saída de sócios é livre, o cooperado só não se afasta de sua organização porque ela é a maneira mais vantajosa e talvez única para continuar produzindo, tendo acesso à tecnologia e à maior produtividade do trabalho. A CAC-CC viabiliza a acumulação de capital aos seus cooperados que não a realizam isoladamente em função do nível de especialização dos produtos com que opera e, nesse sentido, como todas as cooperativas no Brasil, é instrumento de consolidação do desenvolvimento capitalista dependente. Seu fortalecimento é fruto desse processo pois a olericultura, a fruticultura e a avicultura, suas atividades básicas, são das mais intensivas em capital e trabalho, exigem um alto nível

de planejamento para se ter sucesso além de uma padronização eficaz, sendo produtos perecíveis e por isso de alto risco, são mercadorias nobres cuja demanda cresceu em decorrência do processo de urbanização.

A presença das cooperativas é impulsionada para adequar o espaço produtivo à acumulação. NOVAES(15) mostra o cooperativismo dos cotonicultores da Paraíba como mecanismo de modernização, realizando não só a organização da produção como também sua transformação. O sistema cooperativista passou a controlar as usinas de capital privado nacional e multinacional, pois pela insuficiência do individualismo, os fazendeiros estavam presos à estrutura oligopsonica dos usineiros, e sob o controle destes não podiam participar do comércio de algodão em pluma. O cooperativismo permitiu que os produtores, enquanto cooperados, penetrassem no circuito e dele se beneficiassem. A atividade das usinas estava em decadência tanto pela crise regional como pela concorrência com o algodão de São Paulo e Centro Sul, de produtividade e qualidade da fibra superiores e crescentes, comprometendo cada vez mais o processo de acumulação. Com o apoio governamental as cooperativas de produtores foram criadas e assumiram as usinas na busca de melhoria na comercialização e da produção tanto no campo como de algodão beneficiado, permitindo maior rentabilidade à exploração de seus associados.

Para os cotonicultores a forma de aquisição pela sua cooperativa é mais vantajosa quando comparada aos mecanismos adotados pelos usineiros e multinacionais, comprando pelo preço mínimo ou pelo preço de mercado quando este apresenta-se superior e dependendo dos resultados da operação com algodão em pluma devolve sobras aos cooperados como retorno monetário extra, classificam mais corretamente o produto e promovem pesagens honestas, e finalmente: "a grande vantagem estaria no retorno de 40% em torta subsidiado, em relação à quantidade de algodão entregue... estas diferenças são constantemente apontadas pelos que delas se beneficiam"(15). Os ganhos da agroindústria são apropriados pelos agricultores, pois além de lucro da venda de óleo, torta e pluma, a usina-cooperativa permite romper a estrutura oligopsonica instituída pelos usineiros privados, com isso limita a manipulação de preços, garante a idoneidade do comércio, sendo inovadora e estabilizadora do mercado. Favorece os grandes plantadores de algodão e os pequenos que se integram à organização, diferenciando-se dos demais que não

acessam aos benefícios. A despeito disso, a empresa cooperativa, reproduz as relações do modo de produção capitalista no campo, excluindo os parceiros, trabalhadores rurais e minifundiários, "no caso, o cooperativismo do sertão paraibano deve ser visto como um instrumento político e econômico de determinada classe"(15).

No avanço do complexo agroindustrial canavieiro em São Paulo a cooperativa também se investe desse aspecto. SOUSA(25) inserido a Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba-COPLANA nesse contexto, caracteriza-a como uma empresa em busca de ampliar a visão individual dos seus associados para enfrentar o capitalismo oligopolista representado pelas usinas, aumentando a eficiência econômica. Numa região onde a concentração de terras se realiza em ritmo acelerado pelas próprias vicissitudes históricas da agroindústria canavieira, onde o nível de produtividade do trabalho cresce rapidamente com o progresso técnico que caracteriza Ribeirão Preto com uma das regiões mais intensivas em capital do Brasil e da própria América Latina, nesse meio, os fornecedores de cana isolados, economicamente frágeis, teriam sido fagocitados vendendo suas terras.

A evolução do plantio da cana-de-açúcar, implementada com base no complexo agroindustrial, levava de arrasto toda a autonomia minifundiária que se cristalizou a partir de 1929, com a subdivisão das grandes fazendas de café após a crise. O processo com uma força avalassadora submetia todo o espaço produtivo, e a COPLANA não teve como pressuposto retardá-lo, mas permitiu a incorporação de seus cooperados à dinâmica da acumulação. A produtividade do trabalho do complexo sucroalcooleiro como um todo, com melhor qualidade de matéria-prima através do maior volume de açúcar ou de álcool por hectare, utilizando variedades de maior teor de sacarose, é realizada através da cooperativa, que não susta a expansão capitalista mas colabora com a sua execução. A individualidade do fornecedor torna-o susceptível ao poder econômico; com a ação cooperativada suas chances são maiores para sobreviver enquanto produtor. Para isso as compras em comum, a planificação da safra, aquisição e manutenção da maquinaria e o controle do teor de sacarose da cana de seus associados são realizados pela COPLANA buscando formar um grande complexo, amenizando o conflito histórico com as

usinas através de ganhos crescentes a escala em várias etapas da produção.

Baixando o volume de trabalho vivo incorporado à mercadoria com maior composição orgânica do capital, a cooperativa acompanha o dinamismo que sustenta a expansão do complexo agroindustrial canavieiro: o progresso tecnológico que solapa as propriedades de baixo rendimento cultural. Na medida em que auffer um rendimento de 80 toneladas por hectare e os fornecedores isolados não atingem 70t/ha as usinas já estariam em superioridade com o custo unitário da matéria-prima própria 12,5% menor, sem contar os ganhos na escala da operação de máquinas e sua manutenção. Além disso, os usinérios obtêm ganhos também na fixação de preços, que correlaciona o álcool, o açúcar e o preço da cana, fixando o preço da parte agrícola de maneira a remunerar a maioria dos fornecedores, o que significa repassar ao preço do produto industrializado um custo superior ao estabelecido na produção da cana própria da usina. A cooperativa de fornecedores persegue a mesma rentabilidade para seus cooperados.

A cooperativa, ao ganhar em escala e na produtividade agrícola, leva ao barateamento da cana enquanto matéria-prima e esse processo de aumento da produtividade do trabalho deve ser perpetuado para não ser estrangulada pela usina. A busca de uma produção em escala cada vez maior, leva à integração cada vez maior das propriedades individuais de seus associados, levando à posse cooperativada dos meios de produção comprando e operando conjuntamente a maquinaria, integrando-se as cooperativas agrícolas às de crédito. RODRIGUES(21) mostra o cooperativismo dando vantagens aos fornecedores sustentando-os no processo produtivo apesar dos mesmos estarem sempre às voltas com problemas econômicos e operacionais cada vez mais crônicos e de difícil solução, principalmente para os que produzem até 5.000t de cana por ano. "Estes produtores, por mais moderna que seja a tecnologia, são limitados pela pequenez do faturamento, nas suas pretensões de modernização de equipamentos, com evidentes prejuízos em seus custos de produção, especialmente nos trabalhos de safra; e tal fenômeno tem sistematicamente levado estes produtores ao arrendamento e/ou venda de suas terras às usinas a que fornecem".

A superação dos entraves caracterizados na dificuldade de mão-de-obra para o corte, preço dos equipamentos de carregamento e

transporte, custo de manutenção das máquinas, custo operacional e administrativo da safra, baixo resultado econômico e planejamento regional da produção, seria realizada na visão de RODRIGUES(21) pelo tripé de sustentação do fornecedor de cana: as cooperativas de prestação de serviços, de crédito e de produtores, formando um forte complexo produtivo. Tal procedimento de centralização do capital permitiria o corte mecânico da cana em substituição ao cada vez mais oneroso corte manual, a renovação da frota formada de veículos velhos por causa do alto preço, a manutenção mais barata concentrando as ferramentas e máquinas pesadas na oficina da cooperativa, o consórcio das safras para feitura de aceiros, corte e transporte da cana que é impraticável isoladamente, a utilização das áreas de renovação de canais para produção de grãos cuidando também da armazenagem e industrialização e principalmente poderia ser feito um plano de todos os produtores criando um ritmo de trabalho contínuo do preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheitas reduzindo o deslocamento e otimizando a frota mecanizada promovendo ganho em escala. A opção apresentada aos fornecedores de cana é a utilização cooperativada dos meios de produção, como fruto do processo de acumulação que os obriga a centralizar seus capitais pois as economias de escala são fundamentais para a lucratividade das atividades. Numa estrutura que experimentou um grande desenvolvimento das forças produtivas, romper com o individual é condição para se permanecer no processo. Com a socialização crescente da produção, o cooperativo surge como uma necessidade do individual, as próprias regras do mercado e da centralização do capital forjam a cooperativização dos meios de produção.

A COTRIJUÍ, assim todo o complexo cooperativo da FECOTRIGO, as grandes cooperativas paranaenses, a COTIA, a COPLANA, a COPERCAN e as demais organizações dos fornecedores de cana, as HOLAMBRAS, a CONAI e a PAULISTA, com o conglomerado de cooperativas de leite, as cooperativas de algodão do Paraíba, todo o conjunto de grandes empresas que hoje formam a estrutura do cooperativismo agrícola brasileiro, são frutos da evolução capitalista centralizando o capital agrário, não objetivam portanto superar contradições do modo de produção dominante e sim contornar limitações estruturais à sua expansão, trata-se portanto de estratégia do desenvolvimento dependente. A reprodução, no movimento cooperativista, das

características inerentes à economia nacional tem como origem o fato de que sua sobrevivência e expansão só poderiam dar-se dentro de tais regras. Os objetivos precípuos das políticas governamentais eram utilizá-lo como instrumento de modernização dentro da abrangência definida na amplitude da política econômica capitalista, que reforçava a oligopolização da economia e portanto determinava a centralização do capital aplicado à agricultura. Ao engendrar um avanço e dar suporte ao processo de acumulação do capital, o cooperativismo está atendendo ao preceito de que "a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção e por conseguinte as relações de produção e com isso, todas as relações sociais"(13).

4. - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo perdeu sua origem doutrinária ao ser implantado como forma de centralização do capital, pode-se mesmo afirmar que a concretização das regras rochdaleanas não fizeram nem são parte do objetivo das cooperativas de produtores rurais no capitalismo dependente brasileiro. Surgida no contexto da expansão industrial na Inglaterra, em 1844, a Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale tinha como projeto resolver a grave situação de habitação e alimentação do operariado inglês tal qual pretendem os movimentos comunitários das grandes cidades do Brasil atual. As organizações cooperativistas do campo se investem de outro conteúdo, por isso contradizem os princípios imanentes da doutrina original, congregando empresários para viabilizar a acumulação de capital, sendo implementadas no bojo da política governamental como instrumento de modernização, fazendo evoluir as forças produtivas do modo a propiciar a realização do valor e com isso impulsionar a produção de mercadorias para a apropriação de maior volume de mais valia.

A característica fundamental da cooperativa agrícola é promover o aumento da produtividade do trabalho através do progresso tecnológico, tanto

na economia capitalista como socialista. No capitalismo a formação de grandes empresas através de conglomerados de cooperativas centrais permite ao capital agrário uma atuação eficiente numa economia que está em pleno processo de oligopolização. O associativismo que caracteriza os grupos de agricultores de algumas regiões é uma forma menos acabada de centralização do capital que o cooperativismo, este mais formal no sentido organizacional e por isso mais condizente com a exigência do capitalismo oligopolista, embora os fins sejam semelhantes e para o capital em geral ambas as corporações tenham o mesmo efeito. Medidas governamentais que tem sido patronas da evolução do cooperativismo e no quadro mais recente do associativismo de produtores, devem cada vez mais atuar com base no fortalecimento sócio-político e econômico do campo através da organização rural(27), e buscando fugir à atomização da produção, propiciar seu beneficiamento, transformação e distribuição a preços compatíveis com as exigências de rentabilidade.

Não se trata de ser melhor ou pior, mas duas opções se apresentam ao pequeno empresário do campo: ser expropriado pela concentração ou ser submetido ao desígnio conjunto da centralização; ambos os modos de tomar a face de capital oligopolístico. Seus sonhos de grandeza podem ser magnificados na cooperativa como busca da forma de grande capital como um imperativo do modo de produção capitalista. A evolução do cooperativismo brasileiro deu-se dentro dos limites explícitos das políticas governamentais no sentido do desenvolvimento rural, compõem-se de grandes complexos cooperativos que, fundindo-se e incorporando-se formaram conglomerados de capital nacional, historicamente enquadrados dentro da lógica da oligopolização tanto que mesmo quando o número de unidades decrescia o número de cooperados crescia na década de 60.

A eficiência do capital centralizado submerge a autonomia do capital individual e da necessidade de ordenação nasce a burocracia no meio cooperativo como uma necessidade da produção, controlando a informação no processo característico da separação entre os homens do planejamento e da execução, pois nessa forma específica de cooperação do trabalho, dissocia-se o trabalho operacional do intelectual. Aí completa-se o quadro da grande empresa capitalista também para o cooperativismo, razão das lutas dos

cooperados sulinos para adquirirem um papel preponderante nas decisões sobre as suas organizações de modo a torná-las menos opacas aos seus anseios.

O conflito entre as capitais dos diversos setores é um aspecto do capitalismo. No Brasil o capital financeiro, através dos grandes bancos, conseguiu normas para as cooperativas de crédito junto ao Governo Federal que acorrentam esse tipo de cooperativismo. Os bancos podem captar depósitos a prazo a juros de mercado e prazo de 90 dias, as cooperativas só realizam num prazo de 6 meses e com juros máximos de 6% ao ano; além de não participarem do sistema tradicional de compensação, não podem receber tarifas públicas que geram receita permanente ao que se alia a proibição de abrir caixas avançadas nas cooperativas de produtores. Tais limitações do capital financeiro às cooperativas de crédito têm sido motivo de reivindicação persistente do movimento cooperativista e, se atendidas, darão um grande passo no avanço do nível de centralização do capital agrário, abrindo espaço para um considerável impulso do desenvolvimento capitalista no campo.

No capitalismo brasileiro, como fruto das próprias contradições inerentes ao mesmo, o cooperativismo tem as várias cooperativas com vários objetivos. A cooperativa de consumidores, de ação urbana, buscando minorar os problemas de abastecimento, tendo como premissa eliminar o lucro no próprio mercado como se o mesmo não fosse imprescindível ao processo de produção capitalista. Confrontam-se aí com os objetivos da cooperativa de produtores que ao contrário da de consumidores, procura maximizar o lucro dos empresários individuais que são seus cooperados. A produção e o consumo nesse contexto são antagônicos enquanto objetivos econômicos pois a maximização do lucro na venda é contraditória em relação ao preço menor da compra. Dentro das cooperativas de produtores se expressa uma contradição cada vez maior entre a ação individualista de compra em comum e a produção em comum, em função da exigência de escala característica de certas operações de uso de alguns equipamentos como maquinária. Cada vez mais, a superação do individualismo, a busca da universalidade da ação cooperativista de produtores, no espaço em que atua, é condição necessária para que ganhos de escala e de economicidade sejam incorporados à produção. A produção é fruto cada vez mais do trabalho social e cada vez menos do

trabalho individual, e essa lógica própria do capitalismo aflige constantemente organizações do tipo individualista de produção.

A eliminação da exploração do homem pelo homem do discurso rochdaleano também não é alcançada na cooperativa de produtores; os bóias-frias e os parceiros têm, por parte das cooperativas, o tratamento peculiar que lhes dá o capitalista em geral. As formas cooperativas de produção, socializando os meios de produção, passando do trabalho assalariado ao trabalho associado, embutem-se de aspectos menos contraditórios ao nível das relações da produção sendo por isso o "Kibutz" israelense, o "Ejido" mexicano, os modelos mais avançados dentro do capitalismo, apesar da pequena significação.(16) São reprodução do tipo de associação de trabalhadores da Inglaterra. Segundo MARX(12), "as fábricas dos próprios trabalhadores são dentro da antiga forma, a primeira ruptura da antiga forma embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte produzam e tenham que reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas a antítese entre o capital e o trabalho dentro das mesmas está abolida, ainda que inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Elas demonstram como, em certo nível de desenvolvimento das forças materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e forma naturalmente um modo de produção, um novo modo de produção...As empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas devem ser consideradas formas de transição do modo de produção capitalista ao modo associado, só que, num caso, a antítese é abolida negativamente e, no outro, positivamente".

LITERATURA CITADA

1. BORDA, O.F. El reformismo por dentro en America Latina. México, Sigloventiuno Editores, 1972.

2. CARMO, A.A. Histórico do cooperativismo. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Instituto de Cooperativismo e Associativismo, 1982. (mimeo)
3. CORADINI, Odacir L. Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais; o caso do trigo e soja. In: CORADINI, Odacir L. & FREDERICQ, Antoniette. Agricultura, cooperativas e multinacionais. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p.11-69
4. FRANTZ, T.R. Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola. Ijuí-RS, COTRIJUI/FIDENE, 1982.
5. GONÇALVES, José S. Estado, tecnologia e desenvolvimento na agricultura. Comunicação da Pesquisa Agropecuária, São Paulo, 3(6):1- 13 , nov./dez. 1985.
6. JOHANNEN, Uwe. Apresentação. In: A PROBLEMÁTICA cooperativista no desenvolvimento econômico. São Paulo, Fundação Friedrich Nauman/OCESP, 1974. p:7-13
7. JULIÃO, Francisco. Que são ligas camponesas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.
8. KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo, Nova Cultural, 1986. (Os Economistas)
9. LAUCHNER, R. A agroindústria cooperativa. In: MANUAL de cooperativismo. São Paulo, CNPq, 1984. v.4, p.82-90.
10. LIEBHARDT, M.E. O sistema cooperativo agrícola brasileiro: comercialização, integração vertical e crédito. Brasília, Ministério da Agricultura, CFP. 1982. (Coleção Análise e Pesquisa, 23)

11. LOUREIRO, Maria R.G. Cooperativismo e reprodução camponesa.
In: _____, org. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.
São Paulo, Cortez Ed., 1980. p.133-155.

12. MARX, Karl. O capital. São Paulo, Abril Cultural, 1984. v.1, t.2;
v.3, t.3. (Os Economistas)

13. _____ & ENGELS, F. O manifesto comunista. São Paulo, Ched
Editorial; 1980.

14. MULLER, Geraldo. COTRLJUI: tentativa de criação de um conglomerado de
capital nacional. In: LOUREIRO, Maria R.G., org. Cooperativas a
grícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez Ed., p.97-131.

15. NOVAES, José R.P. Cooperativismo: acumulação e mudança social. In:
LOUREIRO, Maria R.G. org. Cooperativas agrícolas e capitalismo no
Brasil. São Paulo, Cortez Ed., 1980. p.41-74

16. OLIVEIRA, T.C. de. O desenvolvimento das cooperativas de trabalho no
Brasil. São Paulo, Organização das Cooperativas Brasileiras, 1984.

17. PINHO, Diva B. A doutrina cooperativa e a problemática do desenvolvi
mento econômico. In: A PROBLEMÁTICA cooperativista no desenvolvim
to econômico. São Paulo, Fundação Friedrich Nauman/OCESP. p.15-47

18. _____. Avaliação do cooperativismo brasileiro. 2.ed. Belo Horizon
te, Fundação de Desenvolvimento Cooperativista, 1980.

19. POPOV, V.I. La economia agropecuária de la URSS. Moscou, Editorial
Progreso, 1972.

20. RELATÓRIO DOS SERVIÇOS SOCIAIS, 1985. São Paulo, CAC-CC, 1986.

21. RODRIGUES, R. A integração de cooperativas de plantadores de cana : fundamentos e problemas. Jaboticabal, FCAVJ/COPLANA, 1982 (informativo, 6)
22. _____. Falência do sistema de financiamento deixa a agricultura à mingua - mesa redonda. Indicador Rural, São Paulo, 2a. quinzena de junho 1985.
23. SANTOS Fº, P.R. dos. Alguns aspectos da doutrina cooperativista e de organização de cooperativas. 2a.ed. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Departamento de Cooperativismo, 1981.
24. SCHNEIDER, João E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria R.G., org. Cooperativismo agrícola e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez Ed., 1980 p. 11-40.
25. SOUZA, A.O. Cooperativa e complexo agroindustrial canavieiro: estudo de uma cooperativa de plantadores de cana e sua atuação em região do Estado de São Paulo. Ribeirão Preto, Fac. de Filos. Cien. e Letras, 1978. mimeo. (Tese Mestrado)
26. SWEETZ, Paul M. Desenvolvimento do capital monopolizador. In: _____. Teoria do desenvolvimento capitalista. 4.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. p.284-300
27. VEIGA Fº Alceu de A. Preliminares sobre o planejamento da agricultura paulista para 1983/87 contido na proposta agricultura e abastecimento. Informações Econômicas, São Paulo, 16(10):21-29, out. 1986.
28. WANDERLEY, M. de N.B. O camponês: um trabalhador para o capital. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, 2(3), 1985.

RESUMO

Diferentes enfoques foram abordados nos vários aspectos atinentes ao cooperativismo que enquanto doutrina, se amolda ao modo de produção em que está inserido. Tanto no capitalismo como no socialismo é um instrumento de desenvolvimento engendrado na busca de modernização e aumento da produtividade do trabalho no campo. No capitalismo brasileiro, como em muitos países, o distanciamento entre o discurso pró-rochdaleano e a prática do movimento é evidente, não só por desvios como querem alguns mas porque concepções calcadas em princípios que não interfiram nas relações de produção, pretendendo reformá-los pelo consumo posterior à atividade produtiva, não sairão do universo idealista sem concluir o objetivo de transformação que se prega. Aí reside outro aspecto importante que deve ser levado em conta na análise, não se pode centrar a análise das cooperativas nas colocações ideológicas de grupos inseridos no cooperativismo e cuja utopia não se concretiza. Não se deve confundir o discurso com o real sentido do cooperativismo agrícola, de instrumento de política econômica, permitindo aos pequenos e médios produtores ganhos crescentes de produtividade do trabalho, sendo uma condição primordial para sua própria sobrevivência enquanto agricultores.

A cooperativização dos meios de produção com a cooperativização da maquinaria pesada, das oficinas de manutenção e das estruturas de transformação industrial e beneficiamento, na medida em que representa uma consequência de geração economias de escala, e com o progresso técnico isso é uma necessidade constante, levam à criação de superestruturas cooperativas como uma forma particular de centralização do capital. O fato de que a forma de exercício do poder do cooperado não é efetiva, na medida em que ele perder-se-ia no emaranhado de quadros e fluxogramas dos relatórios e planejamento dos projetos, isso tem a ver com a própria complexidade da economia e sociedade capitalista montada sobre a tecnologia. É uma consequência das forças produtivas e aperfeiçoamento dos esquemas de controle

social. Isso ocorre em todas as estruturas de representação, como cooperativas, sindicatos e nas eleições para o legislativo e executivo em todos os níveis. A aprovação de um projeto tem sempre um conjunto de palavras de ordem internas que trazem conteúdo implícitos de real importância e que não são objeto de discussão.

O cooperativismo como alternativa de desenvolvimento econômico que busque a integração e não a supressão dos agricultores pequenos e médios, mostra-se como instrumento eficaz de política com ganhos em bem-estar e produtividade para essa camada rural. Não se trata tão simplesmente de uma ação paternalista do Estado, mas da consecução dos desígnios da acumulação do capital, garantindo sua reprodução com crescente produtividade global do trabalho, e com isso do crescimento da massa de trabalho excedente apropriado em relação ao trabalho necessário.

**SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA**

Comissão Editorial:

Coordenador: Celuta Moreira Cesar Machado

Membros: Antonio Ambrósio Amaro

Arthur Antonio Ghilardi

Flavio Condé de Carvalho

José Luis Teixeira Marques Vieira

Maria Carlota Meloni Vicente

Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria

Centro Estadual da Agricultura
Av. Miguel Estéfano, 3900
04301 - São Paulo - SP

Caixa Postal, 8114
01000 - São Paulo - SP
Telefone: 276-9266



Impresso no Setor Gráfico do IEA
Av. Miguel Stefano, 3900 - 04301, São Paulo, SP



Relatório de Pesquisa
Nº08/87

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola